

Genocídio segue na Faixa de Gaza

Lula resgata 32

brasileiros das

bombas de Israel

Itamaraty - GOV

Avião presidencial deixa Egito. Netanyahu impediu saída por mais de 30 dias

O avião presidencial que Lula disponibilizou para trazer os brasileiros que estavam vivendo os horrores dos bombardeios israelenses em Gaza, decolou do Egito e chegou ao Brasil na segunda-feira (13). A bordo, 32 passageiros que haviam deixado a Faixa de Gaza no

domingo (12), após mais de um mês retidos por Israel na Faixa de Gaza, enquanto a região era criminosamente bombardeada. São 17 crianças, nove mulheres e seis homens: 22 brasileiros e dez palestinos familiares dos brasileiros trazidos no décimo resgate da região da zona de conflito no Oriente Médio. **Pág. 3**



HORA DO POVO
ANO XXXIV - Nº 3.931 15 a 21 de Novembro de 2023



Câmara dos Deputados



“Privatizar Sabesp é ter a torneira seca na primeira crise”, diz Orlando

“Temos dois exemplos práticos para medir os riscos de uma operação lesa-pátria como essa: a Enel e a Via Mobilidade”. Serviços públicos essenciais não podem prescindir da atuação do Estado, não podem ser entregues à iniciativa privada”, disse o deputado o deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), em entrevista ao HP. **Pág. 3**

Déficit zero é recessivo e inviável, afirma manifesto de economistas

Hollie Adams - Reuters



Centenas de milhares exigem em Londres o fim do massacre

Jovens, idosos e famílias com crianças caminharam do centro de Hyde Park até a embaixada dos Estados Unidos agitando pacificamente bandeiras palestinas

e cartazes pelo “Fim dos bombardeios sobre Gaza”, entoando palavras de ordem como “Palestina Livre” e “Cessar-fogo agora”. Os organizadores avaliaram que 800

mil pessoas participaram da marcha. Porta-voz da polícia disse que esta foi a maior manifestação desde o início de outubro mas, apesar disso, falou em 300 mil pessoas. Chegando

à embaixada dos Estados Unidos pediram a Israel que pare os bombardeios contra Gaza, onde mais de 11 mil pessoas, a maioria mulheres e crianças, foram mortas. **Página 6**

Economistas lançaram um manifesto que apoia a intenção do presidente Lula de revisar as metas fiscais de 2024, prevista para déficit zero. “No atual cenário econômico, torna-se imprescindível a priorização do investimento em obras e serviços públicos essenciais e dos programas sociais, em detrimento de uma adesão rígida e dogmática a metas de resultado primário irrealistas”, afirmam. **P. 2**

Paulo Pimenta: “Bolsonaro é parasita, atua como chupim”

Em meio a mais escândalos na família, Bolsonaro fez uma tentativa ridícula de pegar carona na repatriação de brasileiros da Faixa de Gaza, e teve a resposta do ministro-chefe da Secom, Paulo Pimenta. **P. 3**

Bombas de Israel já mataram 101 funcionários da ONU, diz Guterres

Pelo menos 101 funcionários da Organização das Nações Unidas (ONU) já morreram por conta dos ataques de Israel na Faixa de Gaza, denunciou o secretário-geral da entidade, António Guterres. **Pág. 6**

REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Lula e Luciana anunciam retomada da fábrica de chips

Pág. 3

Déficit zero é meta contracionista e inviável, alertam economistas



Kliass, Leda Paulani, Belluzzo e Zahlut. Fotos: ABr, IEA/USP e IE/Unicamp

Produção industrial cai na maior parte do país: 10 de 15 locais ficam no vermelho

Em SP, maior parque industrial do Brasil, queda foi de 1,1%

No mês de setembro, a produção industrial brasileira variou 0,1% sobre o resultado de agosto. O desempenho raquítico refletiu a redução de 1,1% do parque industrial de São Paulo, o maior do país, detendo 33% da produção nacional, cuja queda aconteceu principalmente nos setores de alimentos e de veículos automotores. Os dados divulgados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) Regional do IBGE, na quarta-feira (8).

Dos 15 locais analisados pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM) Regional, apenas cinco deles tiveram avanços, com destaque para o estado do Pará com variação positiva de 16,1%, seguido pelo Rio de Janeiro (3,1%), Ceará (2,2%), Paraná (1,8%) e Goiás (1,2%). Minas Gerais ficou estagnada em 0,0%.

Os recuos mais intensos foram em Pernambuco (-12,8%), Amazonas (-6,1%), Rio Grande do Sul (-5,4%) e Região Nordeste (-5,2%). Os demais resultados negativos foram no Espírito Santo (-4,8%), Mato Grosso (-4,3%), Bahia (-3,0%), São Paulo (-1,1%) e Santa Catarina (-0,2%).

“Continuamos com a leitura de um comportamento gradual e modera-



Do lado positivo se destacam os estados com presença importante do ramo extrativo e da agropecuária

da da indústria, no qual observamos um arrefecimento na produção, ocasionado por fatores como os juros elevados, o que leva ao encarecimento do crédito e diminuição da linha de crédito e diminui as decisões de investimentos por parte dos produtores. Fatores esses que também ocasionam uma cautela na tomada de decisão na parte das famílias, afetando o consumo”, avalia o analista da pesquisa, Bernardo Almeida.

“Vale salientar que esse comportamento da indústria paulista representa uma queda de ritmo gradual e conseguimos ver esse comportamento refletido também na indústria nacional. Essa

queda de ritmo é possível ser observada quando comparamos com o patamar pré-pandemia”, completou.

“Em setembro, observamos que São Paulo registrou taxa 1,6% abaixo do pré-pandemia, em fevereiro de 2020. Isso é explicado justamente pelos fatores que citamos anteriormente para a indústria nacional, que acabam acarretando um comportamento mais cauteloso e moderado nas tomadas de decisões por partes dos produtores”, explica Almeida.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/producao-industrial-cai-na-maior-parte-do-pais-10-de-15-locais-ficam-no-vermelho-em-setembro/>

Parlamentares repelem ataque de Campos Neto ao parcelamento sem juros no cartão

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, não está satisfeito em manter o Brasil como campeão mundial dos juros altos. Ele quer afundar ainda mais a economia, insistindo em acabar com a modalidade de crédito parcelado sem juros no cartão, o principal meio de pagamento da população brasileira na atualidade.

O setor varejista está em campanha contra essa medida que, segundo eles, significaria um baque significativo no consumo das famílias. As entidades do comércio denunciaram que essa medida agravará a retração da economia.

Deputados da base do governo e das Frentes Parlamentares do Comércio e do Empreendedorismo também estão se insurgindo contra a medida pró-lucro dos bancos. Os parlamentares argumentam que a restrição no parcelamento nos cartões poderia “prejudicar os consumidores e beneficiar ainda mais os grandes bancos”.

A bancada do PT sugeriu, na sexta-feira (10), à Câmara que aprove uma moção de repúdio a Roberto Campos Neto pela intenção de restringir a modalidade de compras pagas com par-

celamento sem juros.

“A moção tem o objetivo de repudiar as intenções explicitamente declaradas pelo Presidente do Banco Central do Brasil, Senhor Roberto Campos Neto, de agir de forma contrária ao espírito da Lei do Desenrola, que trata do endividamento das famílias brasileiras”, afirma o texto, divulgado pelo partido.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) defende, tendo Campos Neto como defensor de seus interesses, os juros pornográficos do crédito rotativo, que chegam a ultrapassar 440% por ano. Nenhum país do mundo convive com uma taxa escandalosa como esta. Mas os tubarões das finanças não estão saciados com isso. Eles querem mais, e alegam a existência de um subsídio cruzado entre os financiamentos com e sem juros.

Campos Neto e a Febraban têm a cara de pau de alegar que os bancos têm que cobrar juros no parcelamento do cartão porque os juros já estariam embutidos. Ou seja, se já tem juros, a solução é cobrar mais juros. Fica claro que a única coisa que eles querem mesmo é esfoliar ainda mais o consumidor brasileiro. Mesmo que isso

signifique mais recessão e mais desemprego.

“Sempre dissemos, sem margem de dúvida, que essa era a principal causa raiz dos altos juros do rotativo do cartão de crédito no Brasil. Nunca nos afastamos dessa posição”, alegou a Febraban. “Temos revelado algo que não se diz abertamente ou não se quer que seja debatido: o parcelado sem juros não é sem juros, pois os juros estão embutidos no preço do produto”, afirmou. Cobram os juros mais altos do mundo – aliás, nunca vistos em nenhum lugar do planeta – e ainda culpam os consumidores, que se viram para comprar parcelado o básico para sua sobrevivência.

A guerra entre o país inteiro de um lado e os banqueiros e seu porta-voz, Campos Neto, de outro, continua. Foi estipulado prazo até 3 de janeiro para o Banco Central apresentar ao Conselho Monetário Nacional (CMN) proposta sobre os juros rotativos do cartão. E nesta ocasião que ele pretende destruir a principal forma de pagamento da população brasileira hoje. Registre-se que o governo tem maioria no Conselho Monetário Nacional.

“No atual cenário econômico, torna-se imprescindível a priorização do investimento em obras e serviços públicos essenciais e dos programas sociais, em detrimento de uma adesão rígida e dogmática a metas de resultado primário irrealistas”, afirmam em manifesto

Economistas lançaram nesta semana um manifesto que apoia a intenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de revisar as metas fiscais de 2024, prevista para déficit zero. No documento, os economistas afirmam que rejeitam metas “inatingíveis e contracionistas” que levarão, na prática, a “cortes e contenções de recursos para investimentos”.

“Defendemos uma abordagem fiscal e orçamentária que esteja alinhada com os objetivos de promover o bem-estar social, a justiça econômica e o desenvolvimento sustentável. Rejeitamos metas potencialmente inatingíveis e contracionistas que conduzem a cortes e contenções de recursos para investimentos e políticas sociais e demais políticas públicas, desacelerando a economia e exacerbando as desigualdades”, diz trecho do manifesto.

Nas últimas semanas, o presidente Lula vem alertando sobre a necessidade de o governo manter em pé o seu cronograma de investimentos previstos para o próximo ano, o que vem em contradição com a meta defendida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que para ser atingida terão que ser feitos cortes orçamentários, colocando em risco, por exemplo, as obras do novo programa de investimentos (PAC), entre outros programas sociais.

Para o presidente, “dinheiro bom é dinheiro transformado em obras. E dinheiro transformado em estrada, em escola, em escola de primeiro, segundo, terceiro grau, saúde”, disse Lula, em reunião ministerial na semana passada. Na avaliação dos economistas, a perspectiva de Lula, que contraria Haddad, está em favor da “importância de políticas inclusivas e socialmente justas”.

“A política fiscal deve ser voltada à promoção do crescimento e desenvolvimento socioeconômico, com responsabilidade ambiental e com estabilidade macroeconômica. A quem interessa que metas fiscais irrealistas não sejam alcançadas?, questionam os economistas, em outro trecho do manifesto.

“A adoção de metas de resultado primário excessivamente restritivas fortalece aqueles que buscam subverter nossos valores democráticos e os direitos sociais e humanos, que foram consagrados na Constituição Federal de 1988 e reafirmados pelas urnas”, alertam.

“No atual cenário econômico”, prosseguem os economistas, “torna-se imprescindível a priorização do investimento em obras e serviços públicos essenciais e dos programas sociais, em detrimento de uma adesão rígida e dogmática a metas de resultado primário irrealistas”, defenderam.

A seguir, o manifesto.

MANIFESTO PEDE REAVALIAÇÃO DE META DE RESULTADO PRIMÁRIO

“As declarações recentes do Presidente Lula pela reavaliação das metas fiscais encontram apoio de uma coletividade de economistas, acadêmicos e especialistas em economia e orçamento público, que atuam não só no Brasil, mas também em diversos outros países. Em um contexto no qual forças autoritárias ainda ameaçam a estabilidade democrática do nosso país, o posicionamento do Presidente emerge como um bastião contra o retrocesso, reiterando a importância de políticas inclusivas e socialmente justas. A política fiscal deve ser voltada à promoção do crescimento e desenvolvimento socioeconômico, com responsabilidade ambiental e com estabilidade macroeconômica. A quem interessa que metas fiscais irrealistas não sejam alcançadas?

A adoção de metas de resultado primário excessivamente restritivas e potencialmente inviáveis fortalece aqueles que buscam subverter nossos valores democráticos e os direitos sociais e humanos, que foram consagrados na Constituição

Federal de 1988 e reafirmados pelas urnas. Adicionalmente, inviabiliza a expansão quantitativa e qualitativa dos serviços públicos com o intuito de mercantilizá-los. Como se não bastasse, amplia riscos políticos e econômicos, como o acionamento de sanções previstas no Regime Fiscal Sustentável, as ameaças aos pisos constitucionais da saúde e da educação e, dado o irrealismo das metas, até mesmo crimes de responsabilidade que não deixarão de ser cobrados pelos veículos de comunicação, políticos, e economistas próximos do mercado financeiro.

No atual cenário econômico, torna-se imprescindível a priorização do investimento em obras e serviços públicos essenciais e dos programas sociais, em detrimento de uma adesão rígida e dogmática a metas de resultado primário irrealistas. A gestão orçamentária deve prezar pela sustentabilidade fiscal, empregando seus instrumentos para criar as condições necessárias para o crescimento econômico dos diferentes setores de atividade, para alcançar o pleno emprego, para garantir a estabilidade de preços e para fomentar a prosperidade da população brasileira, em especial da parcela mais desfavorecida.

Defendemos uma abordagem fiscal e orçamentária que esteja alinhada com os objetivos de promover o bem-estar social, a justiça econômica e o desenvolvimento sustentável. Rejeitamos metas potencialmente inatingíveis e contracionistas que conduzem a cortes e contenções de recursos para investimentos e políticas sociais e demais políticas públicas, desacelerando a economia e exacerbando as desigualdades. Portanto, com o objetivo de garantir a estabilidade macroeconômica e o progresso e a justiça social, com a preocupação de salvaguardar a democracia, manifestamos a urgência pela alteração da meta de resultado primário para 2024.”

Assinam o manifesto: Luiz Gonzaga Belluzzo (IE-Unicamp), Leda Paulani (USP), Rosa Maria Marques (PUC-SP), Carlos Aguiar de Medeiros (UFRRJ), Alfredo Saad-Filho (King’s College London), Denise Lobato Gentil (UFRRJ), Ladislau Dowbor (PUC-SP), Carolina Alves (University College London), Pedro Paulo Zahluth Bastos (IE-Unicamp), Simone Deos (IE-Unicamp), Luiza Nassif (IE-Unicamp e diretora do MADE-FEA/USP), Luiz Fernando de Paula (UFRRJ), Adriana Nunes Ferreira (IE-Unicamp), César Locatelli (Doutorando pela UFABC e ABED-SP), Eduardo Fagnani (IE-Unicamp), André Paiva (Doutorando na UNB), Clara Brenck (Made-USP), Davi Deccache (Assessor do Congresso Nacional), Magda Biavaschi (Desembargadora do trabalho aposentada e pesquisadora do CESIT Unicamp), Paulo Kliass (doutor em economia - Paris 10), Júlio Pires (PUC-SP e FEA-RP/USP), José Eduardo Roselino (UFSCar), Marco Antonio da Rocha (IE-Unicamp), Ana Rosa R. Mendonça Sarti (IE-Unicamp), Pedro Rossi (IE-Unicamp), Paulo Bretas - Abed MG, Membro da Coordenação Executiva Nacional da ABED), Joana Salem (UFABC), Daniel Negreiros Conceição (UFRRJ), Marcelo Manzano (IE-Unicamp), Carolina Baltar (IE-Unicamp), Marilane Teixeira - Economista e Pesquisadora do CESIT), Ademir Figueiredo (ABED-SP), Maria Luiza Falcão Silva (UNB e ABED-DF), Bárbara Vallejos (IE-Unicamp), Rodrigo Vilela Rodrigues (UFSCar), Cláudio Da Costa Manso (CNTU), José Eduardo Roselino (UFSCar), Ricardo Lacerda (UFSE e ABED), Carlos Fernandes da Silveira (Economista aposentado e Fórum 21), André Luiz Passos Santos (Doutorando IE Unicamp), Dario Silva (PUC Campinas) /Doutorando PPG-EPM UFABC), Valcir Bispo (UFPA e ABED), Antonio Fernando Gomes Alves (Universidade de São Caetano do Sul), Rubens Sawaya (PUC-SP) e Antônio JC Prado (Economista - ex-Cepal)”.
Foto: Fernando Frazão/ABR

Prioridade aprovada para Correios e Telebrás fortalece as empresas públicas e a soberania

A aprovação pela Câmara dos Deputados, na semana passada, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei 2721/23, do deputado André Figueiredo (PDT-CE), determinando que órgãos públicos federais e estaduais deem prioridade para Correios e Telebrás na contratação de serviços postais e de comunicação multimídia está em linha com o que vem defendendo o presidente Lula.

O presidente da República tem argumentado, nas discussões sobre o acordo Mercosul e União Europeia, que as compras governamentais brasileiras são estratégicas para o desenvolvimento das empresas nacionais.

Lula afirmou diversas vezes que não pretende abrir mão deste instrumento – ou seja, vai priorizar as empresas nacionais nas compras e contratos – e citou, em várias ocasiões, exemplos de diversos países do mundo que adotam esta medida para defender suas empresas. Lula enfatizou que o Brasil deve fazer o mesmo.

Por 367 votos favoráveis e apenas 125 contrários, o projeto, que fortalece os Correios e a Telebrás, é o exemplo do que defende Lula para garantir apoio ao desenvolvimento nacional. No texto original, a preferência era apenas para os Correios. A inclusão da Telebrás foi uma emenda apresentada por senadores.

Antes da invasão neoliberal, na década de 90, que desindustrializou o Brasil, havia, inclusive, uma diferenciação entre empresas nacionais e empresas estrangeiras instaladas no país. Isso permitia que se fizessem políticas de fomento e incentivo ao desenvolvimento de empresas genuinamente brasileiras.

A reforma constitucional da década de 90, acabou com a diferenciação entre empresas nacionais e empresas estrangeiras instaladas no Brasil. Isso fez com que as multinacionais, que, pelo que dizem os defensores da mudança, deveriam trazer capital de fora, tivessem acesso – como “empresas nacionais” – aos recursos do BNDES.

Com isso, até o capital para a aquisição de empresas públicas durante as privatizações foi fornecido pelo banco público às empresas “estrangeiras”. Ou seja, elas vieram se apoderar dos ativos públicos leiloados mas o capital quem forneceu foi o BNDES.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/prioridade-aprovada-para-correios-e-telebras-fortalece-empresas-publicas-e-a-soberania-do-pais/>

Tarifas abusivas cobradas em serviços básicos forçam endividamento das famílias

Os gastos com contas básicas têm pesado cada vez mais no orçamento das famílias, segundo a pesquisa Perfil e Comportamento do Endividamento Brasileiro, divulgado no último dia 9 pelo Serasa. Mais da metade dos entrevistados, entre endividados e inadimplentes, despendem o maior percentual de seus orçamentos mensais para garantir o pagamento das contas básicas, ao mesmo tempo que o número de dívidas com os serviços tem crescido.

Com os monopólios privados, na maioria estrangeiros, cobrando as mais altas tarifas nos serviços de energia elétrica, água, internet, telefone, gás de

cozinha, entre outros, e os alimentos ainda com custo elevado, os brasileiros apertam o orçamento para garantir as contas básicas e a alimentação da família.

Para 53% dos entrevistados, as contas de luz, água e gás representam a maior parcela do orçamento mensal. E 83% já atrasaram outras contas para garantir as contas básicas.

De acordo com a pesquisa, 82% dos entrevistados afirmam que os gastos com serviços variam até R\$ 750, cerca de 57% do salário mínimo atual, de R\$ 1.320. <https://horadopovo.com.br/tarifas-abusivas-em-servicos-basicos-forcam-endividamento-das-familias/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Richard Silva/PCdoB na Câmara

“Privatizar Sabesp é certeza de torneira seca na primeira crise”, adverte Orlando Silva

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou que o apagão de quase uma semana causado pela Enel, empresa da energia privatizada, revela que “serviços essenciais”, como fornecimento de energia e água, devem ser geridos pelo Estado e não por empresas privadas.

“Privatizar a Sabesp é certeza de ter a torneira seca na primeira crise. Não podemos admitir isso!”, criticou o parlamentar em entrevista à Hora do Povo.

“Temos dois exemplos práticos para medir os riscos de uma operação lesa-pátria como essa: a Enel e a Via Mobilidade”.

“Não se trata de demonizar o capital privado, mas de admitir que existem setores sensíveis, estratégicos, nos quais o Estado precisa atuar”, comentou.

“Sentimos na pele o apagão que deixou mais de 2 milhões de paulistas sem luz e a inoperância da empresa privada, porque simplesmente ela não tem pessoal para enfrentar uma crise, afinal, a prioridade dela é lucrar e dividir bônus com acionistas”.

Pelo menos 2 milhões de imóveis em São Paulo ficaram sem energia depois das fortes chuvas ocorridas há uma semana, na sexta-feira (3). Bairros inteiros permaneceram dias sem energia e a Enel ignorando os pedidos de socorro da população.

Essa crise trouxe para o centro do debate que “serviços públicos essenciais não podem prescindir da atuação do Estado, não podem ser entregues à iniciativa privada dessa forma, porque sempre haverá a contradição entre uma empresa que visa principalmente o lucro e o interesse público, que é prioritariamente a satisfação das necessidades da população”, avalia.

Mesmo depois do apagão, o governador bolsonarista Tarcísio de Freitas continua defendendo a proposta de privatizar a Sabesp, responsável pelos serviços de água e esgoto no Estado.

Tarcísio de Freitas “parece ter compromisso com o erro”, já que “ao invés de recuar, quer acelerar a privatização da Sabesp. Até porque sabe que a população já era contra e agora é mais contra ainda”.

Orlando citou os casos da Enel e da ViaMobilidade, que gere linhas da CPTM, como exemplos de piora nos serviços após a privatização e desinvestimento, que o levam a ser contra a privatização da Sabesp.

“Sentimos na pele o apagão que deixou mais de 2 milhões de paulistas sem luz e a inoperância da empresa privada, porque simplesmente ela não tem pessoal para enfrentar uma crise, afinal, a prioridade dela é lucrar e dividir bônus com acionistas”.

“Todas as semanas vemos a agonia contínua das linhas de trem operadas pela Via Mobilidade, submetendo o povo a um verdadeiro martírio. Por que? Ganham a concessão e querem o retorno, não querem fazer os investimentos”, disse o parlamentar.

No caso da Sabesp, Orlando lembrou que a empresa “abastece 375 municípios de São Paulo, é responsável por levar água potável para 28 milhões de pessoas e tratar o esgoto de 25 milhões” e mantém lucros e investimentos de R\$ 26 bilhões, na previsão para os próximos quatro anos.

“Que empresa privada tem essa capacidade? Não existe!”.

“O que o governo do Estado quer fazer é um escândalo, porque o governo continua tendo grande participação, mas deixa de ter poder diretivo na empresa, como no modelo feito na Eletrobrás. É inacreditável! O dinheiro é nosso, a decisão é dos outros”, criticou Orlando Silva.

“Todas as semanas vemos a agonia contínua das linhas de trem operadas pela Via Mobilidade, submetendo o povo a um verdadeiro martírio. Por que? Ganham a concessão e querem o retorno, não querem fazer os investimentos”.

O deputado, que já foi ministro dos Esportes, também avalia que o governo estadual, do bolsonarista Tarcísio de Freitas, e a Prefeitura de São Paulo, de Ricardo Nunes, cometeram “erros políticos” durante o apagão.

“Nem o governo do Estado e nem a prefeitura agiram com a responsabilidade e a prontidão que o momento exigia, preferiram evasivas e jogo de empurra”.

“Ora, caíram duas mil árvores em questão de horas na cidade de São Paulo, se isso não for revelador de um problema crônico de falta de zeladoria, de problemas de manejo, o que será?”, questionou.

“E qual a ideia do prefeito? Criar uma taxa para aterrar os fios. Isso é um achincalhe com a população, que já paga caro pelo serviço. Além de tudo, é inexequível da forma que ele propôs, quase aleatória, aterra de um quarteirão, do outro não... improviso total. Foi uma sucessão de erros que custou caro ao povo”, assinalou. Ricardo Nunes e Tarcísio de Freitas “bateram tanta cabeça nessa crise, não tinham nenhuma ideia de plano de contenção, nada, que falaram de tudo e, portanto, de nada”.

PEDRO BIANCO

Brasileiros salvos das bombas de Israel são recepcionados por Lula



Reprodução

Lula e Luciana anunciam retomada da Ceitec, fábrica nacional de chips

O presidente Lula assinou na segunda-feira (6) um decreto revertendo a dissolução da Ceitec (Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada), uma empresa pública de microeletrônica ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A decisão de fechar a única fábrica nacional de chips tinha sido tomada no governo Bolsonaro.

“A retomada da Ceitec representa uma oportunidade importante para impulsionar o setor de semicondutores, aumentando a competitividade e relevância do Brasil no mercado global”, afirmou a ministra de Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, em nota divulgada pela Presidência.

Para Luciana, “a empresa representa um meio de aquisição, pelo Brasil, do conhecimento científico, tecnológico e produtivo detido por poucos países do mundo, em um setor no qual tem ocorrido nos últimos anos uma expressiva transformação tecnológica, impulsionada principalmente pelo amplo uso de chips semicondutores em componentes eletrônicos, presentes em praticamente todas as atividades da sociedade moderna”.

Segundo, ainda, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a retomada operacional da Ceitec estabelece a indicação de novos dirigentes e dos Conselhos de Administração e Fiscal, a recomposição dos quadros técnicos e a elaboração de um plano de recuperação das ati-

Dino denuncia interferência indevida de Israel: “Nenhuma força estrangeira manda na PF”

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, rebateu na quinta-feira (9) as afirmações feitas pelo ditador Benjamin Netanyahu sobre a operação da Polícia Federal que prendeu dois brasileiros suspeitos de ligação com o grupo Hezbollah em São Paulo.

Dino estranhou a fala de Netanyahu e disse que a operação foi conduzida exclusivamente pelas autoridades brasileiras. “Nenhuma força estrangeira manda na Polícia Federal do Brasil. E nenhum representante de governo estrangeiro pode pretender antecipar resultado de investigação conduzida pela Polícia Federal, ainda em andamento”, escreveu ele nas redes



Agência Brasil

Lula e Luciana Santos, ministra de C e T

vidades para atender às demandas dos setores público e privado. Um plano de negócios deve ser elaborado com novas rotas tecnológicas e industriais definidas para que a empresa possa atuar no mercado nacional e internacional.

O mundo inteiro investe bilhões neste campo, já que é uma tecnologia vital hoje para a economia de qualquer país. A Ceitec foi criado por Lula em 2008, durante seu segundo mandato, para desenvolver projetos e fabricar circuitos integrados, chips, módulos e tags de identificação por radiofrequência. Logo o início a empresa desenvolveu chips para monitoramento de gado, que ficou conhecido por “chip do boi”.

O setor é tão estratégico que o governo dos EUA, não só faz investimentos públicos maciços nesta área, como promove uma guerra internacional para tentar impedir – sem sucesso – que a China desenvolvesse a sua tecnologia de fabricação de chips. A China, por sua vez, tam-

o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, atribuiu a ação do Mossad, agência de espionagem israelense.

“As forças de segurança brasileiras, junto do Mossad e seus parceiros na comunidade de segurança israelense, bem como agências de segurança internacional, desmontaram um ataque terrorista no Brasil, planejado pela organização terrorista Hezbollah, dirigida e financiada pelo Irã”, publicou Netanyahu.

“O Mossad agradece os serviços de segurança brasileiros pela prisão de uma célula terrorista operada pelo Hezbollah para atacar alvos israelenses e judeus no Brasil”, completou o ditador.

Na quarta-feira (8),

O avião presidencial trazendo as 32 pessoas, entre brasileiros e os seus parentes próximos, libertados do horror em Gaza, chega ao Brasil

O avião presidencial que Lula disponibilizou para trazer os brasileiros que estavam vivendo os horrores dos bombardeios israelenses em Gaza, decolou do Egito e chegou ao Brasil na segunda-feira (13). A bordo, 32 passageiros que haviam deixado a Faixa de Gaza no domingo (12), após mais de um mês retidos por Israel na Faixa de Gaza, enquanto a região era criminosamente bombardeada.

São 17 crianças, nove mulheres e seis homens: 22 brasileiros e dez palestinos familiares dos brasileiros trazidos no décimo resgate da região da zona de conflito no Oriente Médio.

“Todo dia ligava de manhã, de tarde, com ministro de Israel, ligava com ministro do Egito, com o nosso embaixador e depois conseguimos trazer as pessoas. Agora vamos ver se ainda tem gente na Cisjordânia que queira vir porque nós não vamos deixar nenhum brasileiro lá se ele quiser voltar. Vamos ter que encontrar soluções”, disse Lula. Ele confirmou que irá recepcionar brasileiros que deixaram Gaza e diz que terá dia de “muito trabalho”.

Hasan Rabee postou em seu perfil no Instagram parte desse trajeto, com imagens no ônibus alugado pelo Governo Brasileiro na saída do hotel, a chegada ao Aeroporto Internacional do Cairo e o deslocamento no terminal rumo à aeronave. “Já estamos no aeroporto. Daqui a pouco vamos embarcar e seguiremos viagem até Brasília”, postou no Instagram, com uma das filhas no colo agitando uma bandeira brasileira.

Quando o avião tocar o solo da Base Aérea de Brasília, a Operação Voltando em Paz completará 1.477 passageiros e 53 animais domésticos resgatados. Cerca de 150 militares e 37 profissionais de saúde (13 médicos, nove psicólogos e 15 enfermeiros) se envolveram na logística. Mais de três mil refeições foram servidas em 315 horas de voo sobre 16 países. Na rota até Brasília, estão previstas duas paradas técnicas: uma em Las Palmas, na Espanha, e uma segunda já em solo brasileiro, em Recife, capital pernambucana.

O presidente Lula comemorou o sucesso da operação, anunciou que estará no aeroporto para recepcionar os brasileiros resgatados e destacou que a situação em Gaza é muito grave. Em suas redes sociais ele afirmou que “a segunda-feira começa com muito trabalho. Reunião com ministros, cerimônia de sanção do projeto de lei que atualiza a Lei de Cotas e, à

“Bolsonaro não passa de um parasita e atua como o chupim”, diz Paulo Pimenta

Chafurdado em escândalos trazidos à tona por seu ex-ajudante de ordens, Mauro Cid, como o envolvimento do filho e da mulher na trama golpista e de ter autorizado a venda das joias desviadas do poder público, Bolsonaro fez uma tentativa ridícula de pegar carona na repatriação de brasileiros da Faixa de Gaza.

O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação (Secom), Paulo Pimenta, não perdoou. “Bolsonaro está agindo como um chupim”, disse ele, em vídeo divulgado na sexta-feira (10) em suas redes sociais. Ele explicou que “chupim” é um pássaro parasita e oportunista que quer tirar vantagem usando o trabalho dos outros.

Sorrateiramente, o chupim deixa seus ovos no ninho de aves de outras espécies, para que elas choquem e alimentem seus filhotes.

É exatamente assim que Bolsonaro está agindo em relação à operação exitosa de repatriação dos brasileiros da zona de conflito no Oriente Médio. Se reuniu com o embaixador de Israel para atacar o governo brasileiro. Depois

noite, vou receber os brasileiros e parentes palestinos que chegam ao Brasil de Gaza”.

O primeiro-secretário da Embaixada Brasileira no Egito, Fernando Bastos Neto, se emocionou ao se dirigir ao grupo que conseguiu escapar a bombas de Israel. “Esse é o momento mais importante da minha carreira. Tenho muito orgulho de ter feito parte da missão com vocês. Fiquei muito feliz de conhecer vocês, de olhar nos olhos, de escutar as histórias. Acredito que vocês vão iniciar uma bela etapa de uma nova vida. Vocês podem contar com o Estado Brasileiro, com o Itamaraty, com as instituições do Brasil, afirmou.

Na chegada ao Brasil, além da recepção pelo presidente da República, o Governo Federal preparou uma operação de acolhimento para os repatriados. Em complemento ao apoio de suas famílias no Brasil, eles terão à disposição serviços de abrigo, documentação e alimentação, além de apoio psicológico, cuidados médicos e imunização. Ficarão dois dias hospedados em Brasília para descanso numa estrutura da FAB.

“Há todo um esquema de recepção. Um sistema de apoio e acolhimento em que serão oferecidos identidade, permissão de trabalho, acesso ao Sistema Único de Saúde, à rede de apoio social para refugiados, além da regularização da situação de cada um”, explicou o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, numa coletiva de imprensa neste domingo.

“Alguns brasileiros já têm destino certo porque têm familiares aqui, mas uma parcela significativa, quase metade, não tem onde ficar. O Governo Federal já preparou, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social, um local onde essas pessoas ficarão acolhidas no interior de São Paulo”, explicou Augusto de Arruda Botelho, secretário nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O embaixador do Brasil na Cisjordânia, Alessandro Candea também falou sobre a epopeia de trazer os brasileiros e comentou o terror que os palestinos estão vivendo. “Lutamos para que os brasileiros não fossem afetados pela catástrofe humanitária que assola Gaza. Alugamos casas e conseguimos enviar recursos para alimentos, água, gás e remédios no precário mercado local. Oferecemos apoio de psicóloga e médico a distância. Infelizmente, as perspectivas são de rápida degradação das condições de vida e segurança na região de Gaza”, afirmou o embaixador.

mandou sua milícia espalhar que ele tinha alguma coisa a ver com a libertação dos brasileiros. Ele já tinha feito isso quando estava no Planalto. Reuniu embaixadores para atacar o Brasil.

Desde o início do conflito entre Israel e o Hamas, em 7 de outubro de 2023, disse o ministro, o Brasil realizou 9 voos de repatriação de brasileiros que estavam em Israel. Ao todo, foram 1.445 pessoas e 53 animais de estimação trazidos ao Brasil, segundo dados do governo. Um grupo de 34 brasileiros está em Gaza, aguardando para cruzar a fronteira com o Egito.

O ministro Pimenta condenou a atitude de Bolsonaro que, com essas manobras ridículas, só está atrapalhando a volta dos brasileiros. “Não enviou oxigênio para Manaus quando nosso povo estava sufocando. Não queria repatriar brasileiros na China em meio a uma pandemia porque custava caro. Abandonou brasileiros na Ucrânia e orientou que saíssem ‘por meios próprios’. E agora quer dar um golpe no trabalho do presidente Lula. Xô, chupim!”, escreveu o ministro na legenda.

Tendência é votar não à privatização da Sabesp, diz vereador Milton Leite

“Hoje, a tendência da Câmara de SP é votar não”, declarou o presidente da Câmara dos Vereadores de São Paulo durante reunião a Comissão de Estudos

Na primeira reunião após a instalação da Comissão Especial de Estudos sobre a Privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), realizada na quinta-feira (9), o presidente da Casa, Milton Leite (União Brasil), afirmou que a tendência hoje é que os vereadores votem contra a pauta defendida pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Uma comitiva foi enviada pelo governo estadual para tentar convencer os vereadores da capital paulista a aprovar a entrega da Sabesp aos interesses privados. Entre os enviados à Câmara estava o principal integrante do secretariado de Tarcísio, Gilberto Kassab.

O contrato de fornecimento de água potável e tratamento de esgoto da Sabesp com a cidade de São Paulo prevê que, se a empresa mudar de dono, a Câmara dos Vereadores de São Paulo terá de aprovar, ou vetar, a concessão. Por isso, essa movimentação dos vereadores é tão importante.

A proposta de privatização da Sabesp vem sendo discutida a toque de caixa na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) em caráter de urgência. Tarcísio tem pressa para aprovar o projeto e tenta acelerar o processo depois do apagão da Enel que deixou mais de 2 milhões de pessoas sem energia no Estado. O governador tenta impedir que a reação popular contra as privatizações prejudique seus interesses.

Milton Leite disse na presença da Secretária Estadual do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do governo Tarcísio, Natália Resende - que foi à Câmara defender a privatização da Sabesp -, que o tema privatização passou a provocar “arrepios” após o apagão que prejudicou milhões em São Paulo. A concessionária privada Enel é responsável pelo serviço de energia e passou a ser alvo de críticas desde a última sexta (3), quando um vendaval deixou várias partes da cidade sem luz.

Atualmente, a Sabesp é uma empresa de capital privado com receita anual de R\$ 23 bilhões, que aponta um lucro de R\$ 3,1 bilhões. Um quarto desse valor corresponde a R\$ 700 milhões distribuídos aos acionistas, onde cerca de 50,3% são revertidos ao Estado.

“Hoje, a tendência da Câmara é votar não (em relação à privatização). O contrato com a Sabesp foi um bom acordo lá atrás, mas muita coisa da Sabesp precisa ser corrigida. É importante que vocês [do governo estadual] tragam todas as informações e parâmetros para que a Câmara possa debater

com a sociedade”, disse Milton Leite (União Brasil).

Leite ainda deixou claro que não há dados suficientes para se decidir sobre a privatização da empresa. “Muita coisa na Sabesp precisa ser corrigida. É inadmissível que as bombas de recalque de esgoto da Represa Guarapiranga, em determinado momento, tenham ficado todas paralisadas. Causam um prejuízo ambiental imensurável. Hoje a Câmara não tem a métrica para dizer se vota sim ou não. Hoje a tendência é não. A menos que números e bases muito sólidos levem ao convencimento dos vereadores”, disse.

NÃO HÁ MOTIVOS PARA PRIVATIZAR

Presente no encontro, a ex-vereadora da capital paulista, Lídia Correa, considerou a reunião como “excelente”. “Os vereadores levantaram várias questões e indagações para a secretaria do Meio Ambiente. Todos presentes registraram a importância da Sabesp, uma das maiores empresas de saneamento do mundo, que presta um ótimo serviço e que tem garantido praticamente a universalização onde é operadora”.

“Diante das informações que só qualificaram a Sabesp os vereadores questionaram o porquê da privatização. Que o ganho para o município e ainda diante dos recentes problemas com a Enel. Não tem sentido privatizar a Sabesp eram as manifestações”, apontou Lídia.

A vereadora Luana Alves (PSOL) também criticou a privatização. “Para São Paulo, não tem nenhum ganho essa privatização. São Paulo é uma cidade em que existe um problema de saneamento. Existem metas de universalização, que são parte do contrato entre a Sabesp e a cidade de São Paulo. E essa meta é ao longo dos anos. Nesse momento, a Sabesp está inclusive entregando a mais do que a meta que estava no contrato. Então pelo ritmo de hoje, até 2029 se tem a universalização total. Não ficou claro nenhum ganho. O que a gente sabe é que todas as experiências de privatização levaram a mais tarifa e menos qualidade”.

O presidente da Comissão de Estudos, vereador Sidney Cruz (Solidariedade), confirmou que ainda é cedo defender a privatização. “O que esta Comissão busca é trazer informações que possam garantir aos vereadores e vereadoras desta Casa, tomarem uma decisão, que seja a melhor decisão para os municípios e para a nossa cidade”.

Vereadores aprovam CPI para investigar atuação da Enel no apagão de São Paulo

O completo desprezo da concessionária privada Enel com os mais de 2 milhões de consumidores de São Paulo que sofreram com um apagão desde a sexta-feira (3) causou indignação da população. Na quarta-feira (8), a Câmara de Vereadores de São Paulo aprovou a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as responsabilidades da concessionária e os motivos da demora no restabelecimento da energia. Passada uma semana do temporal que atingiu a cidade, mais de mil residências ainda seguem no escuro.

O pedido da CPI foi feito pelo líder da bancada do PSDB, João Jorge, que será o presidente. A comissão quer investigar os serviços prestados pela Enel e cobrar ressarcimento dos prejuízos sofridos por moradores e empreendedores desde sexta-feira. Ao menos três pedidos de CPI foram realizados na Câmara Municipal.

A comissão tem um prazo inicial de 120 dias para apresentar o relatório final. Além do líder da bancada do PSDB, os vereadores Elaine do Quilombo Periférico (PSOL), Jorge Wilson (Republicanos), Milton Ferreira (Podemos), Ricardo Teixeira (União), Senival Moura (PT) e Thammy Miranda (PL) vão integrar a CPI.

Ainda não foi definido o relatório da comissão.

A instalação da CPI está marcada para esta quinta-feira (9), às 13h. A oposição criticou o

fato de um vereador da base do prefeito Ricardo Nunes (MDB) presidir a comissão.

Na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), uma CPI já investiga o serviço da empresa desde o primeiro semestre. Nesta semana, a comissão aprovou convocar o presidente da Enel em São Paulo.

A Enel não cumpriu com o prazo para normalização da luz no estado paulista. Inicialmente, a empresa afirmou que o restabelecimento aconteceria até terça-feira. Hoje, entretanto, mais de 11 mil imóveis continuam sem energia.

CORTE DE FUNCIONÁRIOS

Um dos alvos da investigação parlamentar deve ser o corte de 36% dos funcionários desde que a multinacional italiana assumiu a distribuição de energia em São Paulo.

Desde 2019, concessionária Enel já cortou 36% dos funcionários da ex-estatal de distribuição de energia de São Paulo, enquanto o volume de clientes atendidos pela distribuidora cresceu 7% na região metropolitana, sem contar a falta de investimentos que afetam o funcionamento dos serviços.

Hoje é um funcionário para atender 511 clientes, entre residências e empresas, independentemente do número de ocupantes. Em 2019, um empregado atuava para atender 307 clientes.



Presidente da Câmara de Vereadores da capital paulista, Milton Leite

Tarcísio manobra na Alesp para fazer com a Sabesp o que fizeram com a Enel

Indiferente ao caos sofrido pela população de São Paulo e os péssimos serviços prestados pela privada Enel, concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica no Estado, a base do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), tenta agilizar (ou atropelar?) os trâmites para realizar a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, uma das promessas de campanha do bolsionista, ainda este ano.

Os deputados aliados de Tarcísio defenderam a realização de convocar o “congresso de comissões”. A manobra consiste em reunir várias comissões temáticas da Alesp para deliberar sobre o projeto rapidamente e com isso impedir a sua tramitação individualmente em cada uma delas, como é de praxe.

A passagem pelo congresso de comissões significa a última etapa para a votação do projeto em Plenário, garantindo, assim, que o aliado de Bolsonaro quebre o martelo sobre um bem público de tamanha relevância social para São Paulo, como a Sabesp.

No sábado (4), atendendo a uma representação de parlamentares da oposição, a Justiça cancelou a audiência pública marcada inicialmente para este dia para debater a questão. O presidente da Assembleia, André do Prado (PL), remarcou a sessão para o próximo dia 16.

Os deputados sustentam que a aceleração da tramitação do projeto faz parte de uma série de artimanhas da gestão Tarcísio, visando diminuir a discussão sobre o assunto. Os aliados de Tarcísio, por sua vez, alegam que a convocação do congresso de comissões e até a votação do projeto sem audiência pública estão amparadas em lei.

A capital e cidades do interior ficaram às escuras por mais de 100 horas - algumas ainda seguem até à noite de terça - depois que um forte temporal provocou a queda de árvores na sexta-feira, com o rompimento de fios e cabos de transmissão. 2,1 milhões de consumidores foram afetados.

Em 1998, ano em que a Eletropaulo foi a leilão - a promessa dos privatistas era de que a privatização da estatal resultaria na universalização da rede de distribuição. Mais: traria beleza e funcionalidade a São Paulo, com a universalização da rede de distribuição, resultando no processo de enterramento de cabos, o que evitaria os transtornos registrados nos últimos dias. Ocorre que o soterramento de cabos é um serviço caro e limitaria os lucros dos seus proprietários.

Passados 25 anos desde a venda da companhia, o



Tarcísio de Freitas, durante leilão de rodovias

que se registra hoje são os preços extorsivos praticados pela Enel SP, empresa que controla hoje o que no passado foi a Eletropaulo, com serviços precários.

“A Enel demitiu mão de obra qualificada, deixou de fazer manutenção na rede, investimentos, mas cobra tarifas abusivas, com serviços precários, que culminou nessa situação”, critica a ex-vereadora da capital Lídia Correa, liderança do movimento de mulheres, durante ato na avenida Paulista para cobrar dos governos municipal e estadual providências contra a morosidade e descaço da empresa.

“São cinco ou seis tarefas primordiais para manter uma rede de funcionamento, explica Esteliano Neto, presidente da Federação Interstadual dos Urbanitários do Sudeste (Fruse). “Cada uma delas tinha uma equipe dedicada. Agora, está tudo concentrado em um só eletricitista”, denunciou. Segundo ele, “não é normal uma demora tão grande para relatórios”, prossegue. “Só demora tanto porque a empresa negligenciou e precarizou o que é um serviço público e essencial”, disse.

RESISTÊNCIA

A privatização da Sabesp, uma das maiores empresas de saneamento do mundo, enfrenta resistência de diversos setores da sociedade, com protestos e manifestações na capital paulista e no interior. “Esse lamentável episódio (apagão) deixa um alerta sobre o que pode acontecer com o serviço de água e esgoto de São Paulo se Tarcísio levar à frente a loucura de vender a Sabesp”, disse à F. de São Paulo o deputado Emídio de Souza (PT). O parlamentar participou de um ato (o segundo em dois dias) contra a Enel e os projetos entreguistas do governo de São Paulo.

Emídio articulou um mandato de segurança a ser apresentado ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) na quarta-feira (8), contra a privatização da Sabesp. A iniciativa recebeu o apoio de 19 parlamentares do PT, PSOL e PCdoB.

“As concessões realizadas no estado têm resultado muito ruim”, afirmou o líder PT na Alesp, Paulo Fiorillo, à Folha. Não é só a Enel, mas a ViaMobilidade (que gere as linhas 5 do Metrô e 8 e 9 da CPTM) na questão do transporte; a telefonia móvel, cuja cobertura não chega a todo o estado e ficam empurrando esse problema”, prosseguiu. “No caso da Sabesp, a gente ainda pode corrigir isso”, diz, comparando ao fato de que a empresa de energia “diminuiu o número de funcionários para aumentar o lucro”.

“Estamos unidos e solidários na luta contra a privatização da Sabesp, da CPTM e do Metrô”, afirmou o padre Julio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo da Rua, durante uma manifestação contra a privatização no dia 2 de novembro, na Mooca, zona Leste da capital paulista. “E no dia de hoje, neste ato, com os trabalhadores e trabalhadoras da Sabesp, com vários movimentos sociais e populares, porque a água é de Deus, a água não pode ser mercadoria”, defendeu o religioso.

No dia 3 de outubro, funcionários do Metrô de São Paulo, da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) e da Sabesp entraram em greve em protesto contra a venda das empresas públicas para o capital privado.

Até por ultraliberais as privatizações estão suscitando questionamentos. Em entrevista ao diário paulistano, o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (União Brasil) afirmou que “o ambiente (para a privatização) ficou ruim, piorou muito” após o apagão. “É repercussão de um mau serviço depois de uma privatização”, afirmou.

Mas para o relator do projeto de privatização da Sabesp, deputado Barros Munhoz (PSDB), a venda da companhia à iniciativa privada não é igual ao que ocorre com a Enel, que ele diz prestar “um serviço catastrófico em São Paulo.”



Frente Inter-religiosa por Justiça e Paz

Religiosos pedem paz em Gaza: “Não podemos mais fechar os olhos para as atrocidades”

A Frente Inter-religiosa Dom Paulo Evaristo Arns por Justiça e Paz realizou, neste domingo (12), um ato pela paz, contra a guerra que já tirou milhares de vidas na faixa de Gaza nas últimas semanas. “Devemos reconhecer a unicidade de humanidade”, defenderam os participantes. “Não podemos mais fechar os olhos para as atrocidades, aceitar que as armas sejam mais valorizadas que a vida, que o poder seja mais desejado do que a fraternidade. É hora de baixar as armas, abandonar a guerra e abraçar a vida”.

O primeiro a falar, Frei Oswaldo Rezende, frade dominicano e anfitrião do evento, lembrou que em “1967 uma guerra foi deflagrada entre Israel e vários países árabes. Nós, frades dominicanos, fizemos um ato pela paz, que logo se espalhou pela cidade. Logo depois, nosso convento foi invadido por militares e nosso superior levado para a prisão. Naquele tempo, a palavra paz era uya palavra subversiva.”

Em sua oração, o frade rogou pela paz no mundo afirmando a necessidade de se elevar a paz como bandeira em todo mundo e clamou pelas vidas de mulheres, crianças e demais inocentes que perdem a vida nos ataques perpetrados na faixa de Gaza.

Ialorixá Andréia, representando as religiões de matriz africana, afirmou a necessidade de comunhão entre os povos, acolhendo o social e o espiritual pregando a paz através do canto. “Pedimos a nosso pai Oxalá que traga paz e o amor a nosso Ori (a nossa cabeça). Pedimos que neste momento de guerra no mundo, prevaleça a paz. Perdemos muitas pessoas nesses conflitos que também clamavam pela paz, como foi o caso de Mestre Moa [mestre de capoeira assassinado em 2018 por um eleitor de Bolsonaro]. Pedimos paz a nosso pai Oxalá”, pregou Andréia.

O primeiro bloco foi encerrado com a oração de São Francisco de Assis cujos trechos destacam o papel da busca pela paz nas tradições religiosas. O movimento conta, ainda, com a presença de lideranças católicas, anglicanas, metodistas, pentecostais, judeus, muçulmanos, budistas, kardecistas, umbandistas, além de juristas e artistas, que também foram convidados. Lideranças políticas também participam do ato.



Sionistas querem que padre Lancellotti silencie sobre o genocídio de Israel em Gaza

Um coletivo intitulado “Sionistas de Esquerda” lançou nota em que critica a presença do padre Julio Lancellotti na manifestação pelo fim do genocídio perpetrado por Israel contra o povo palestino na Faixa de Gaza no último sábado (4), em São Paulo. Eles citam que, entre os milhares de manifestantes, um grupo minoritário portava bandeiras do Hamas.

O ato em São Paulo marcou o Dia Mundial de Solidariedade ao Povo Palestino, que teve manifestações em cidades do Brasil e do mundo. Na Avenida Paulista, o ato contou com apoio de integrantes da comunidade árabe, partidos políticos, movimentos sociais e judeus que repudiam o massacre de Israel contra crianças e inocentes.

Na ocasião, Lancellotti fez um discurso contra os ataques executados por Israel, que já deixaram mais de 10.000 mortos na Faixa de Gaza, segundo contagens do Ministério da Saúde palestino.

“Israel, além de ser um Estado assassino, é um Estado covarde”, disse o padre no ato. “Direito de defesa não é matar, direito de defesa não é ser covarde, ser assassino. Graças a Deus, nem todos os judeus e nem todos os israelitas apoiam esse governo assassino.”

Mas, para o grupo de judeus sionistas, que se intitula como “esquerda”, a presença do padre católico foi “ofensiva”. Talvez pelo fato do humanista condenar o assassinato de palestinos pelas bombas israelenses e pedir um imediato cessar-fogo em Gaza.

O Padre Júlio respondeu aos ataques sionistas. “Eu leio essa manifestação com uma falta de análise, uma falta de senso crítico”.

“A gente não pode confundir o Hamas, que é um movimento terrorista, com o povo palestino, assim como não pode confundir o povo israelense e os judeus com o governo terrorista de Israel”, respondeu Lancellotti.

“Veja, os próprios sionistas de esquerda pedem a renúncia do primeiro ministro, ou seja, reconhecem a brutalidade do governo israelense. No fim, as pautas são as mesmas e passam pelo fim do genocídio em curso”, defendeu o padre, em referência à própria carta escrita pelos sionistas.

'Reformas trabalhistas merecem ser revogadas, é rasgar e jogar no lixo'



“Conselho de autorregulação vai implodir o movimento sindical”, afirma Moacyr da Nova Central

Convidado especial para falar aos delegados do 8º Conselho Nacional da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Moacyr Auesvald, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores), declarou que “tem tido conversas memoráveis com Adilson, presidente da CTB”, e que a relação privilegiada entre as duas centrais tem possibilitado a defesa do sistema confederativo e da unicidade sindical e “ainda vai dar muitos mais frutos”.

Para Moacyr, “o movimento sindical deve se concentrar em reformas que recuperem o que os trabalhadores perderam nos governos Temer e Bolsonaro, no fortalecimento dos sindicatos, na negociação coletiva e na contribuição de toda categoria para o sustento da luta dos trabalhadores”. “Nossa representatividade não se mede pelo número de associados que temos. Nós representamos toda categoria, todos os trabalhadores indistintamente”, esclareceu. Intensamente aplaudido, defendeu a primazia dos sindicatos na negociação coletiva, a volta da interatividade, ou seja, a vigência do acordo anterior enquanto não se chega a um novo acordo, o direito ao sindicato pedir dissídio à Justiça do Trabalho”. Moacyr lembrou as conquistas trabalhistas da Constituição Cidadã e que é dever dos mais novos sustentá-las.

CARLOS PEREIRA

Leia o pronunciamento na íntegra:

A pandemia demonstrou o valor do trabalhador brasileiro. Sem nós, a máquina para. Junto com esse trabalho, tivemos as eleições presidenciais. Nós viramos essa página. Os trabalhadores retornaram com Lula à presidência da República, apesar de nossos adversários usarem a bandeira nacional para confundir nossa gente. Já para o Congresso Nacional, deixamos a desejar. Não fizemos o dever de casa. Passamos (para os deputados federais e senadores) procuração assinada em branco para quem não merecia. Mas o nosso presidente Calixto sempre dizia: “o movimento sindical é uma chama que ninguém vai apagar”. Essa chama está aqui, a gente lutando, trabalhando para achar a saída para esse país. Os grandes empresários não acreditam mais no Brasil. Só querem saber de transferir o seu capital.

Essa parceria que estamos construindo com a CTB me deixa na certeza que estamos no caminho certo. Temos discutido muito com o Adilson. Temos tido discussões memoráveis. O respeito ao artigo 8º – que consagra a unicidade sindical e o sistema confederativo – que impede mais de um sindicato por categoria na mesma base territorial, assim como mais de uma federação e confederação. Foi um paradigma que quebramos. Hoje não se fala mais em revogar o artigo 8º. Também se falava que a cúpula da estrutura sindical eram as centrais (na verdade, três centrais). Hoje, o documento das centrais fala que o sistema sindical brasileiro é o sistema confederativo e das centrais, conforme a lei.

Entendemos que são de suma importância as centrais. Cuidam do salário mínimo, da previdência social, da questão energética e de “n” questões. Mas na negociação coletiva temos que valorizar o sindicato. O sindicato é peça fundamental. A pirâmide não pode ser construída de cima para baixo. Temos que valorizar a base. O sindicato, a federação, a confederação!

Nós estamos brigando com o danado desse Conselho de autorregulação. Quer implodir o movimento sindical ao colocar que só as centrais (as três centrais), estariam representadas. Tiraram isso do papel, mas a vida é feita de corpo e alma. Tiraram o corpo, mas permaneceu a alma. De vez em quando, no meio das discussões, se fala que o movimento sindical será representado pelas centrais. E quando se fala isso, vai para o saco a unicidade sindical. Quando fala que tem que ter representatividade, me arrepio todo. Nossa representatividade não se mede pelo número de associados que temos. Nós representamos toda categoria, todos os trabalhadores indistintamente. Não que sejamos contra ter associados. Quem gosta, quem não gosta, quem nos chama de ladrões, quem xinga nossa mãe. Nisso consiste a unicidade sindical. Vem gente lá de fora conhecer nosso sistema e nós não valorizamos isso. Nós não somos um clube, que só representa os associados.

Em vez dessas reformas, devemos nos concentrar em outras reformas, recuperar o que perdemos. Tenho discutido isso muito com o Adilson. Defesa intransigente e permanente da unicidade sindical. Defesa do custeio, que agora está assegurado. É constitucional. Autonomia de nossas assembleias. Melhor definição no governo do que significa comum acordo com os patrões. É uma loucura. Temos que reverter isso. E como eu bater no seu carro e você precisar de minha autorização para cobrar na Justiça seu prejuízo. A ultratividade. Entrar numa negociação sem garantia do acordo passado enquanto não se chega a um novo é um absurdo. Estabilidade para dirigente sindical. Uma base grande e só sete dirigentes são insuficientes para dar conta. Convenção 151, direito de negociação garantido para o servidor público.

Quem daqui já estava no movimento sindical e ajudou a construir a Constituição Cidadã? Pois bem, foi essa velharada que levantou a mão, fomos nós, o movimento sindical, que conseguimos segurar o 13º, as férias, o salário mínimo, a jornada de 44 horas semanais, as férias de 30 dias, que nós não tínhamos, 1/3 do 13%, estabilidade para mulher gestante, seguro desemprego, aposentadoria e pensões, normas de segurança no trabalho etc. Essa menina que está aqui tem obrigação e o respeito para darem continuidade a essa luta. Senão, que vão dizer para seus filhos quando eles perguntarem porque não tem mais 13º, férias carteira assinada?

Adilson, muito obrigado pelo convite e pode ter certeza que esta reunião vai dar muitos frutos para a CTB, para a NCST e para o futuro de todo movimento sindical.



Privatização castiga povo de Manaus há anos e profunda crise hídrica, denuncia cientista

Sofrendo com a maior estiagem dos últimos cem anos, a região amazônica, com queda dramática no nível dos seus principais rios pelo quinto mês consecutivo, traz “à tona a falta de gestão hídrica na região que tem mais água doce no planeta”.

É o que denuncia o artigo publicado no site “Outras Palavras”, assinado pelo cientista social Sandoval Alves Rocha, ao expor a situação vivida pelos moradores de Manaus para além da seca: “ausência de esgotamento sanitário e a falta de água”, em especial pelos moradores da periferia, após a privatização do setor, no ano 2000, que até agora já passou pelas mãos de quatro grupos empresariais.

Atualmente a concessão do sistema de água e esgotamento sanitário de Manaus pertence a Águas de Manaus, do grupo AEGEA, maior operadora privada do setor, dona de 56% desse segmento no país.

Por conta da ineficiência na prestação de serviços e inúmeras irregularidades, com “pobres excluídos do sistema, tarifas caras, esgotamento sanitário ausente na maioria da cidade, poluição dos corpos hídricos, espoliação hídrica, etc.”, como afirma Sandoval Alves, a concessão do setor já foi alvo de três CPIs (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Câmara Municipal de Manaus. “Com a privatização optou-se por beneficiar o mercado da água em detrimento do atendimento digno aos manauenses.

Mais uma vez optou-se por privilegiar o setor financeiro, negligenciando a preservação e o cuidado dos recursos naturais”, afirma Sandoval, que em outro artigo, publicado em julho, denunciou as dificuldades vividas pela população de diversas localidades da região com a falta de água.

“As manifestações ocorreram principalmente na zona oeste, mas o problema se estendeu pelas diferentes zonas da cidade, obrigando os moradores saírem com galões à procura de água. No bairro Petrópolis, zona sul, as pessoas conseguiram abastecimento somente em uma torneira na calçada do CAIC (Centro de Atendimento Integral da Criança). Infelizmente, não se trata de um problema isolado. Moradores das zonas norte e leste não cessam de reclamar”, escreveu.

Segundo ele, “a boa imagem que a empresa procura construir pela força de sua assessoria de comunicação não está resistindo aos fatos, uma vez que ela se mostra deficiente em diversos aspectos”. Na matéria, ele cita manifestações de revolta da população, como a de um internauta que desabafa: “ultrajante uma empresa desse porte na capital que mais tem água no mundo se dar ao luxo de não ter meios de fornecer água por queda de energia em pleno século 21”.

Segundo Sandoval Alves, o site de reclamações do governo está repleto de queixas sobre os “serviços precários ou a total ausência deles, principalmente

nas periferias e lugares mais pobres da cidade”.

“As cobranças indevidas, a má qualidade dos serviços, os valores abusivos, a demora na execução e o mau atendimento da Águas de Manaus, são práticas que falam sobre a empresa, mostrando o seu modus operandi e forma como ela trata a população manauara”, afirma.

Ele denuncia a Câmara dos Vereadores de Manaus (CMM) por ter finalizado no mês passado mais uma CPI sem investigar de fato as irregularidades cometidas pela empresa.

“Perderam a oportunidade de fazer um grande bem à cidade”, diz. “Se os parlamentares tivessem feito o seu trabalho, eles teriam melhorado os serviços que hoje são motivo de tanta revolta. Omissos diante dos serviços precários, a Câmara de Vereadores de Manaus, a Prefeitura de Manaus e a Agência Reguladora são hostilizadas pela população indignada”.

De acordo com Sandoval, “cidades como Manaus, que nasce das águas, se dá conta de que a água não é ilimitada e por isso deve ser gerida responsabilmente. Essa seca mostra que aimensidão das águas não passa de uma ilusão. É necessário saber usá-las, direcionando-as para os serviços essenciais e tais serviços não devem obedecer aos parâmetros da lucratividade absurda, mas aos princípios que regem a teia da vida, que se manifesta de variadas maneiras”, finaliza.

“Nossa resposta às reformas trabalhista e da Previdência será marcharmos unidos com a Nova Central”, diz Adilson, presidente da CTB

Em entrevista à Hora do Povo, Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) declarou que “com a reforma trabalhista e da Previdência, e as ações que ameaçaram de morte o movimento sindical, se tornou uma necessidade objetiva aprofundar e cristalizar essa unidade da CTB com a Nova Central”.

Para o líder sindical “a reforma trabalhista deu formato de lei ao trabalho análogo à escravidão” e “a reforma da Previdência feriu de morte a aposentadoria”. Segundo Araújo, “o apoio ao presidente Lula é uma necessidade. Vamos ter que ampliar a pressão e colocar para fora o Campos Neto. Vamos fazer o Haddad ouvir que não dá para ficar subalterno ao Centrão”.

Leia a entrevista:

HP – As reformas trabalhista e a da Previdência trouxeram mais equilíbrio nas contas do Estado?

Adilson – As reformas trabalhista e da Previdência visaram fundamentalmente beneficiar os rentistas. Seus próceres atuaram com força para o desmonte da CLT. Essas duas reformas foram as maiores fake news de nossa história. Elas foram anunciadas como necessárias para criação de empregos, combate à inflação e baixar a taxa de juro. Essas encomendas não chegaram, nem nunca chegaram.

A reforma trabalhista deu formato de lei ao trabalho análogo à escravidão. Isso tudo é trágico porque é no curso desta reforma que montanhas de dinheiro foram desviados para os bancos, que passaram a lucrar mais do que sempre lucraram. Enquanto diminuiu a massa salarial, elevou a informalidade e a precarização.

A reforma da Previdência fere de morte a aposentadoria. Agora é muito mais difícil o trabalhador conseguir se aposentar. Precisa trabalhar muito mais tempo para ganhar muito menos. O resultado também é muito prejudicial para as prefeituras. Dos 5.570 municípios, pelo menos 4 mil recebem mais dos repasses da Previdência do que do Fundo de Participação dos Municípios.

Esse dinheiro volta rápido para os cofres da prefeitura. São vinte e dois milhões de aposentados que recebem o salário mínimo. Ninguém guarda. Vai para a quitanda, para a feira e para a farmácia. Uma redução drástica nesta arrecadação paralisa a economia municipal.

HP – Mas a Previdência não estava deficitária?

Adilson – A Previdência é tripartite e universal. Um patrimônio do povo brasileiro. O governo, os empresários e os trabalhadores, cada um tem que contribuir com sua parte. O governo não só não contribui como tira dinheiro. Por outro lado, é preciso combater com mais rigor a sonegação por parte dos empresários. Os bancos querem privatizar a Previdência e mudar o sistema para capitalização, isto é, colocar esse dinheiro, que é do trabalhador, na especulação financeira. Guedes, ministro Bolsonaro, fez isso no Chile e o país bateu recorde de suicídios entre as pessoas idosas. As reformas merecem ser revogadas. Rasgar essas reformas e jogá-las na lata de lixo.

HP – Moacyr Auesvald, presidente da Nova Central, disse que existe “um namoro” com a CTB e que, na reunião da executiva da entidade, foi aprovado a proposta da realização de iniciativas conjuntas. Por parte da CTB a questão também está sendo discutida?

Adilson – A prioridade na relação com a Nova Central não é coisa de agora.

Nossa unidade está ao nível programático, dede o nosso nascedouro: na defesa do sistema de unicidade sindical, do sistema confederativo, da Justiça Trabalhista e da contribuição sindical.

No entanto, a reforma trabalhista e da Previdência, a cartilha regressiva que ameaçou de morte o movimento sindical, tornou uma necessidade objetiva aprofundar e cristalizar essa unidade. Temos muita afinidade para empreender uma agenda unitária, pela retomada de um Projeto Nacional de Desenvolvimento Econômico, com aceleração do investimento público, capaz de estimular o investimento privado, pela reindustrialização do país, pela construção do complexo industrial da saúde, com autossuficiência do petróleo, pela centralidade do trabalho, em defesa da soberania nacional e da democracia, e pela universalidade do serviço público com valorização do servidor.

HP – De onde vem essa resistência ao investimento público?

Adilson – Para o ex-ministro Meireles “o custo da Constituição não cabe no Orçamento”. A classe dominante brasileira é hostil aos trabalhadores. As pressões sobre o governo brasileiro vão no sentido de escancarar o tesouro aos bancos: a emenda constitucional 95, que impôs o corte de gastos, na verdade, corta gastos com o povo e prioriza o pagamento de juros. O Presidente do Banco Central, como diria o ex ministro Magri, se torna “imexível” e advoga os interesses externos e dos financistas. Temos a maior taxa de juros do mundo, o crédito não chega para quem quer produzir, especialmente para o pequeno negócio. No mundo em crise, as economias centrais fazem o inverso do que recomendam aqui para nós: reduzem juros e ampliam os investimentos para aquecer a atividade econômica.

HP – Nesse quadro, como se dá o apoio ao presidente Lula?

Adilson – O apoio ao presidente Lula é uma necessidade. A subtração do governo Dilma arou a estrada para uma agenda ultraliberal que fez estragos principalmente para o povo humilde. Vamos ter que ampliar a pressão para botar para fora o Campos Neto. Ampliar a pressão para que o Haddad ouça que não dá para ficar subalterno ao Centrão, vamos crescer a pressão contra o cartel das sete famílias que dominam 90% das redes de televisão, cedidas por concessão pública. Queremos o nosso canal. Temos que fazer uma reforma tributária progressiva. Quem ganha mais paga mais. Começar pela isenção da tabela do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, que hoje é tributado em 27,5%.

Já se passaram dez meses. O governo precisa de apoio da população, do apoio do Congresso e ter sustentação para mudar a política econômica. Hoje ela está voltada para o envio de recursos para o estrangeiro. Mas tem que estar voltada para a reconstrução do Brasil e melhoria de vida do povo. Mudar o foco da macroeconomia significa, antes de tudo, controlar o câmbio, válvula por onde se esvaem nossas riquezas. É preciso controlar a inflação, poque dela deriva a carestia dos alimentos.

O tempo tempera a alma. Precisamos elevar a autoestima do nosso povo. Eu sou muito afeito à ideia de ganhar as ruas, convocar uma grande greve geral, depois do carnaval, no mês de março, em defesa de um projeto de reconstrução do país.

CARLOS PEREIRA



Bombas de Israel já assassinaram 101 funcionários da ONU em Gaza



Khoder al-Zaanoun / AFP

Pátio do Al-Shifa com corpos de palestinos Tropas israelenses cercam e atacam o maior hospital de Gaza, o Al-Shifa

Bebês e pacientes em suporte de vida começam a morrer com o corte de energia. Qualquer pessoa que saia do hospital Al-Shifa virava alvo para os franco-atiradores israelenses, segundo informações do portal Middle East Eye.

As forças israelenses estão atacando e cercando o hospital Al-Shifa na Cidade de Gaza, colocando em risco a vida de cerca de 15.000 pacientes palestinos e civis abrigados no interior, denunciou neste sábado o portal Middle East Eye, reproduzindo declaração das autoridades de saúde de Gaza.

Aviões de guerra e tanques israelenses bombardearam a área fora do hospital desde por volta das 21h locais de sexta-feira e até a manhã de sábado. Os ataques “não pararam por um momento”, disse Abu Mouth, um jornalista de dentro do hospital, ao portal.

Alguns departamentos e o pátio do complexo médico, o maior de Gaza, foram diretamente atingidos, o que levou a um incêndio dentro do complexo, disse Mouth.

Os departamentos de terapia intensiva e pediatria pararam de funcionar, de acordo com Ashraf Al-Qudra, porta-voz do Ministério da Saúde palestino. “Estamos sitiados dentro do complexo médico Al-Shifa”, disse Qudra em um comunicado. “Podemos dizer que o complexo médico Al-Shifa parou de funcionar e está fora de serviço.”

Por volta das 6h no horário local (4h no horário de Brasília), a energia foi completamente cortada do hospital, deixando os pacientes em suporte de vida com alto risco de morte a qualquer momento. Também não há água, comida e internet dentro do hospital.

“Tentamos de todas as maneiras reiniciar o gerador sem sucesso”, disse Mouth ao MEE.

O Ministério da Saúde palestino disse que um bebê prematuro preso a incubadoras já morreu. Um total de outros 39 bebês terão o mesmo destino nas próximas horas se a energia não for restabelecida imediatamente, alertaram médicos dentro do hospital.

A falta de energia também está afetando dezenas de pacientes em suporte de vida. Pelo menos uma pessoa já morreu quando os ventiladores pararam de funcionar.

“Milhares estão presos dentro do complexo, incluindo pacientes, equipe médica, socorristas e pessoal da defesa civil”, disse Muhammad Abu Salima, diretor do Hospital Al-Shifa, à Al Jazeera. “Estamos a horas da morte, e o mundo está nos vendo morrer, mas não somos números”, disse Salima.

Enquanto isso, franco-atiradores israelenses e drones armados têm como alvo qualquer pessoa que se mova entre os diferentes edifícios hospitalares. Abu Mouth disse ao MEE que uma mulher de 26 anos tentou deixar o hospital em meio ao cerco e foi alvo de um franco-atirador israelense.

“Estamos completamente cercados e os intensos bombardeios estão em andamento”, disse Abu Mouth.

“Há pânico e medo entre os feridos, doentes e deslocados dentro do hospital. Eles estão atacando em todos os lugares e não podemos sair por causa dos franco-atiradores estacionados ao redor do hospital”, acrescentou.

Na véspera, as tropas de invasão de Israel já haviam cercado três hospitais no norte da cidade de Gaza, onde civis e jornalistas deslocados se refugiaram.

Palestino Funcionários do Ministério da Saúde disseram que o Hospital Al-Rantisi, o Hospital Infantil Al-Nasr e o hospital psiquiátrico – todos parte do complexo médico de Rantisi – foram cercados por tanques e soldados israelenses, que estão dizendo a todas as pessoas que estão dentro para fugir.

O cerco ocorre após uma série de ataques aéreos durante a noite em vários hospitais de Gaza, incluindo o Al-Shifa, o maior hospital do território, que abriga um grande número de deslocados e feridos.

O Exército teria atacado a maternidade e o ambulatório do hospital, com imagens mostrando pessoas ensanguentadas no chão cercadas por gritos de socorro.

“Ora, oh Deus por quê”, gritou uma menina com o rosto coberto de sangue após o ataque na clínica.

Nas últimas semanas, Israel tem repetidamente afirmado que o Hamas está executando operações a partir de hospitais sem fornecer evidências concretas. Notavelmente a alegação de que o Hamas tem seu quartel-general no porão de Al-Shifa, levantando preocupações sobre a segurança do hospital à medida que as tropas israelenses se aproximam.

“Israel não apresentou evidências que justifiquem retirar as proteções de Al-Shifa”, disse o diretor da Human Rights Watch para Israel e Palestina, Omar Shakir, no Twitter. “Seu alerta é ineficaz, pois não há lugar seguro para ir em Gaza e os hospitais não podem ser zonas de fogo livre.”

Ahmed Mokhalati, chefe do departamento de queimaduras e cirurgia plástica do Hospital Al-Shifa, disse ao Middle East Eye que muitos civis que se abrigam no hospital decidiram sair após repetidas ameaças israelenses de bombardeá-lo.

“Há muito caos aqui, um caos enorme”, disse. “Muitos pacientes que eu supervisiono saíram do hospital sem me avisar. Seus casos são críticos e agravados pelo medo, pela ameaça de Al-Shifa e por bombardeios severos.”

“Todo mundo tem medo de que o hospital seja o próximo alvo de Israel.”

Israel historicamente acusa o Hamas de esconder armas perto de edifícios civis, como universidades e hospitais, com poucas evidências. Suas campanhas de ataques aéreos na Faixa de Gaza no passado atingiram hospitais, bem como outras infraestruturas civis. Na quinta-feira, os EUA haviam asseverado que Israel concordou com tréguas diárias de quatro horas para permitir que civis deixassem o norte.

Os palestinos nos três hospitais cercados, no entanto, dizem que estão totalmente sitiados. “O hospital está cercado de todos os lados e de todas as direções”, disse uma mulher abrigada em Al-Rantisi. “Fomos orientados a evacuar o hospital agora, mas sem a Cruz Vermelha ou qualquer coisa que garanta a segurança dos civis que sairão do hospital.”

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Trabalhadores na agência da ONU de apoio a refugiados em Khan Yunis, Gaza

Centenas de milhares em Londres exigem cessar-fogo e fim do massacre de palestinos

Por um cessar-fogo na Faixa de Gaza e em repúdio ao massacre israelense, centenas de milhares de pessoas concentraram-se este sábado (11) nas ruas de Londres.

Jovens, idosos e famílias com crianças caminharam do centro de Hyde Park até a embaixada dos Estados Unidos agitando pacificamente bandeiras palestinas e cartazes pelo “Fim dos bombardeios sobre Gaza”, entoando palavras de ordem como “Palestina Livre” e “Cessar-fogo agora”. Os organizadores avaliaram que 800 mil pessoas participaram da marcha. Porta-voz da polícia disse que esta foi a maior manifestação desde o início de outubro mas, apesar disso, falou em 300 mil pessoas.

Chegando à embaixada dos Estados Unidos pediram a Israel que pare os bombardeios



Marcha cruza a ponte de Vauxhall em Londres

contra Gaza, onde mais de 11 mil pessoas, a maioria mulheres e crianças, perderam a vida, segundo as autoridades de saúde de Gaza.

A manifestação, que coincidiu com o Dia do Armistício – que celebra o fim dos combates na Primeira Guerra Mundial, em 1918 – foi acompanhada de uma forte mobilização policial para evitar distúrbios que gru-

pos de pessoas de extrema-direita provocaram com a polícia londrina para tentar perturbar a manifestação. O grupo de fascistas e apoiadores do massacre israelense empurrou agentes da polícia e oitenta deles foram presos sem que isso conseguisse atalhar a marcha de repúdio aos crimes de Netanyahu e em defesa dos direitos do povo palestino.

“Parem o genocídio em Gaza!”, exige multidão nas ruas de Paris

Uma multidão ocupou as ruas de Paris com o slogan estampado na faixa de abertura da marcha: “Parem o massacre em Gaza! A França deve exigir um cessar-fogo imediato”. A manifestação partiu da Praça da República por volta das 15h30 locais. Ahlem Triki, engenheiro de Yvelines presente ao Ato e envolto em uma bandeira da Palestina, disse a AFP: “Vim para apoiar a causa palestina e o cessar-fogo em Gaza”.

Imen Ghattassi, também expressou sua solidariedade: “Sou a favor do cessar-fogo, da paz no mundo e entre árabes e judeus”.

Os deputados do LFI (esquerda) Mathilde Panot e Eric Coquerel estavam presentes no protesto. “Essa manifestação, em um feriado público, permite dizer não ao que está acontecendo em Gaza. Isso não é possível e até mesmo o presidente da República (Emmanuel Macron) está começando a



Marcha em Paris repudia morticínio de Netanyahu

recuar um pouco ao pedir um cessar-fogo”, disse o parlamentar do LFI, Christophe Bex.

O presidente francês Emmanuel Macron, que não esteve presente na marcha, “exortou Israel a parar” de bombardear civis em Gaza, em uma entrevista à BBC transmitida na sexta-feira (10). “Compartilhamos a dor [de Israel]”, mas “de fato, hoje, os civis estão

sendo bombardeados [em Gaza]. Esses bebês, essas mulheres, essas pessoas idosas estão sendo bombardeadas e mortas”.

Em Toulouse (sudoeste da França), várias centenas de pessoas – mais de 2.500 de acordo com o sindicato CGT, também se manifestaram pacificamente no sábado “pela paz” e um “cessar-fogo imediato em Gaza”.

Africa do Sul retira diplomatas de Tel Aviv em protesto contra genocídio de Israel em Gaza

O embaixador de Israel na África do Sul foi chamado para dar explicações acerca de comentários depreciativos contra os que se opõem ao massacre em Gaza.

O governo da África do Sul decidiu retirar todos os seus diplomatas de Israel “para consulta”, em protesto contra o massacre de milhares de palestinos que o país tem realizado. O anúncio da medida foi divulgado pelo vice-presidente sul-africano, Paul Mashatile.

“Um genocídio sob a vigilância da comunidade internacional não pode ser tolerado”, disse a ministra Khumbuzo Ntshavheni. A África do Sul

tinha três diplomatas em Israel, mas todos foram retirados de lá.

O governo também convocou o embaixador de Israel na África do Sul, Eliav Belotserkovsky, para que dê explicações sobre suas falas contra aqueles que discordam da posição sionista.

Ntshavhni disse destacou os “contínuos comentários depreciativos do embaixador israelense na África do Sul sobre aqueles que se opõem às atrocidades e ao genocídio do governo israelense” e falou que o trabalho do embaixador Eliav Belotserkovsky na África do Sul “está se tornando muito insustentável”.

Na sexta-feira (10), líderes africanos e da Arábia Saudita participaram de uma cúpula diplomática que ressaltou, em um documento aprovado, “a necessidade de parar as operações militares nos territórios palestinos e de proteger os civis”.

No evento, que ocorreu na capital da Arábia Saudita, o vice-presidente da África do Sul disse aos demais líderes que “é importante que falemos a uma só voz contra o assassinato de pessoas inocentes e falemos a uma só voz para garantir que o povo inocente da Palestina obtenha o tipo de apoio que deveria receber do continente africano”.

Ataques de Israel a Gaza, que mataram pelo menos 101 funcionários da ONU, foram condenados pelo secretário-geral da organização António Guterres

Pelo menos 101 funcionários da Organização das Nações Unidas (ONU) já morreram por conta dos ataques de Israel na Faixa de Gaza, denunciou o secretário-geral da entidade, António Guterres, neste domingo (12), afirmando que Israel não protege a população civil no território.

A denúncia foi reforçada pela Agência da ONU para os Refugiados (UNRWA), frisando que esse número tornou o conflito mais mortal para a organização num curto período de tempo.

“Alguns morreram esperando na fila para comprar pão, enquanto outros morreram ao lado de suas famílias em suas casas”, declarou a UNRWA à Reuters, enquanto a devastadora guerra aérea e terrestre de Israel contra os civis palestinos na densamente povoada Gaza continuava, com o argumento de que era uma resposta à ação do Hamas em 7 de outubro passado.

“Devastados. Mais de 100 companheiros da UNRWA mortos foram confirmados em um mês. Pais, professores, enfermeiros, médicos, pessoal de apoio. A UNRWA está de luto, os palestinos de luto, os israelenses de luto”, disse o Comissário-Geral da Agência, Philippe Lazzarini, na rede social X.

“Eles representam o que está acontecendo com o povo de Gaza”, disse Juliette Touma, Diretora de Comunicações da UNRWA. “Eles e qualquer outro civil na Faixa de Gaza (...) nunca deveriam ter sido mortos”.

Segundo as Nações Unidas, na próxima segunda-feira os seus funcionários do mundo todo vão prestar um minuto de silêncio e suas bandeiras serão hasteadas a meio mastro em homenagem às vítimas dos bombardeios em Gaza.

APOIO

O secretário-geral da Organização para Cooperação Islâmica (OCI), Houssein Brahimi Taha, destacou a solidariedade e o “apoio inabalável” demonstrado por todas as nações “ao povo palestino”, e também reafirmou o compromisso conjunto com a causa central do grupo: a criação do Estado da Palestina, aprovada pela Assembleia Geral da ONU desde 1947, mas que até hoje não foi efetivada.

Taha pediu um “cessar-fogo imediato, duradouro e completo da atual agressão israelense” contra o povo palestino e a abertura de corredores humanitários para fornecer ajuda e insumos essenciais

Músicos argentinos denunciam ataque de Milei à presença do Estado na cultura

A União dos Músicos Independentes (UMI), organização que congrega importantes artistas da Argentina, emitiu um comunicado ressaltando a importância de contar com um Estado presente, preservar a educação pública gratuita e promover o debate democrático, em resposta às propostas de supressão total da presença estatal no apoio ao desenvolvimento cultural como vem sendo dito pelo candidato fascista Javier Milei, do La Libertad Avanza, em sua tentativa de ocupar a Casa Rosada.

O documento assinado por Susana Rinaldi, León Gieco, Litto Nebbia, Teresa Parodi, Víctor Heredia, Pedro Aznar, Lito Vitale, Peteco Carabajal, Gustavo Santaolalla e muitos outros, partindo do conceito norteador “não é a mesma coisa”, defende a existência de “um Estado presente nas políticas públicas a favor da diversidade cultural”, em rechaço à possibilidade de que, a partir de 10 de dezembro, quando assumirá o novo governo eleito no dia 19 deste mês, se configure “um Estado ausente”.

“A dissidência e a defesa fervorosa das nossas ideias num quadro democrático não é o mesmo que a desqualificação e o insulto a aqueles que pensam diferente”, acrescentou a entidade em outro parágrafo da proclamação.

A UMI distinguiu “o direito à educação pública gratuita” da proposta de “dar vouchers, incentivando a lógica de mercado como política educacional”.

Os artistas, muitos deles referenciados do que há de melhor na cultura nacional, sustentaram que “não é a mesma coisa ter claro que de 1976 a 1983 vivemos numa ditadura genocida com 30 mil compatriotas argentinos desaparecidos” do que “negar, relativizar e distorcer a nossa história”. O documento conclui chamando a um “nunca mais” à “reivindicação de ditaduras, à mercantilização da educação, à desqualificação e ao insulto a quem pensa diferente e a uma cultura para poucos”.

Também assinaram o comunicado a Federação Argentina de Músicos Independentes (FAMI), a União Argentina de Técnicos de Palco (SATE), a Federação Argentina de Músicos (FAM), a Rede Multisonora (RMS) e vários grupos regionais e provinciais de músicos.

à Faixa de Gaza de maneira adequada e sustentável.

ATAQUES À SAÚDE

Os diretores regionais do Fundo Internacional de Emergência para Crianças das Nações Unidas (UNICEF), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) pediram medidas internacionais urgentes para pôr fim aos ataques israelenses em curso contra organizações internacionais, escolas e hospitais em Gaza.

Expressaram horror face aos últimos relatos de ataques contra e nas proximidades do Hospital Infantil Al-Rantisi, dos Hospitais Al-Shifa e Al-Quds, e outros na Cidade de Gaza e no norte, matando muitos civis, incluindo crianças. Salientaram que os intensos ataques israelitas em torno de vários hospitais no norte de Gaza estão impedindo o acesso seguro do pessoal de saúde, dos feridos e de outros pacientes.

Nos últimos 36 dias, a OMS registrou pelo menos 137 ataques de Israel aos cuidados de saúde em Gaza, resultando na morte confirmada de 521 pessoas e no ferimento de outras 686 pessoas, incluindo a morte de 16 membros do pessoal de saúde e o ferimento de outras 38 pessoas.

Afirmou que os ataques a instalações médicas e a civis são inaceitáveis e constituem uma violação da legislação e das convenções internacionais humanitárias e de direitos humanos. “Eles não podem ser tolerados. O direito de procurar assistência médica, especialmente em tempos de crise, nunca deve ser negado”, frisou.

“Mais de metade dos hospitais da Faixa de Gaza estão fechados. Aqueles que ainda funcionam estão sob enorme pressão e só podem fornecer serviços de emergência. Cirurgias que salvam vidas e serviços de cuidados intensivos são muito limitados. A escassez de água, alimentos e combustível também ameaça o bem-estar de milhares de pessoas deslocadas, incluindo mulheres e crianças, que estão abrigadas em hospitais e nos seus arredores”, afirma a declaração conjunta emitida por Adele Khodr, Diretora Regional da UNICEF para o Oriente Médio, Leste e Norte da África; Ahmed Al-Mandhari, Diretor Regional da OMS para o Mediterrâneo Oriental, e Laila Bakr, Diretora Regional do Fundo de População das Nações Unidas para os Estados Árabes.

Manifestantes acusam Biden: “você é cúmplice do genocídio em Gaza”



“Biden, Biden, você não tem como se esconder! Pare de apoiar o massacre !”



Sindicato dos Correios a Biden: “não use nossos dólares de impostos para mais guerra”

Trabalhadores dos Correios dos EUA exigem “cessar-fogo e ajuda humanitária a Gaza”

O Sindicato dos Trabalhadores dos Correios dos Estados Unidos (APWU, na sigla em inglês) se tornou na quarta-feira (8) o maior sindicato norte-americano a pedir um cessar-fogo na Faixa de Gaza, juntando-se a uma crescente mobilização do movimento sindical nos EUA contra a carnificina promovida por Israel no enclave palestino. O sindicato representa mais de 200.000 funcionários do Serviço Postal dos EUA e é o maior sindicato do país a assumir claramente esse posicionamento.

“Juntamo-nos aos apelos por um cessar-fogo imediato, a libertação de reféns e a necessidade urgente de ajuda humanitária maciça ao povo de Gaza”, afirma o comunicado do sindicato, assinado pelo presidente da APWU, Mark Dimondstein, pela vice Debby Szeredy e pela secretária-tesoureira Elizabeth Powell.

“Mais de 10.000 civis inocentes, incluindo 4.000 crianças, foram mortos pela campanha de bombardeios implacável e indiscriminada em Gaza. Israel interrompeu o fluxo de alimentos, água, combustível e suprimentos médicos para a Faixa de Gaza, um crime de guerra. Uma

catástrofe humanitária se desenrola todos os dias em Gaza. Milhares de civis inocentes podem morrer com mortes totalmente evitáveis.”

“Como um sindicato que defende a igualdade, a justiça social, os direitos humanos e trabalhistas e a solidariedade internacional, nos unimos a sindicatos e pessoas de boa vontade em todo o mundo em apelos por justiça e paz”, disse a APWU.

O sindicato pediu ao presidente Biden que “use todo o seu poder” como “principal benfeitor estrangeiro” de Israel para “ajudar a trazer a paz na região, e não usar nossos dólares de impostos para mais guerra”.

Chamou, ainda, a pôr fim ao derramamento de sangue e começar a enfrentar a terrível crise humanitária de Gaza, como exige o “clamor da humanidade”.

Anteriormente, o United Electrical, Radio, and Machine Workers of America, que não faz parte da AFL-CIO, emitiu um “apelo trabalhista por um cessar-fogo imediato em

Israel e na Palestina” e pediu que “todos os membros do sindicato” assinassem.

“Nós, membros do movimento operário americano, lamentamos a perda de vidas em Israel e na Palestina”, diz a petição, assinada por 14 sindicatos até agora. “Expressamos nossa solidariedade a todos os trabalhadores e nosso desejo comum de paz na Palestina e em Israel, e pedimos ao presidente Joe Biden e ao Congresso que pressionem por um cessar-fogo imediato e pelo fim do cerco a Gaza. Não podemos bombardear o nosso caminho para a paz. Também condenamos quaisquer crimes de ódio contra muçulmanos, judeus ou qualquer outra pessoa.”

A APWU é o primeiro sindicato nacional afiliado à AFL-CIO a endossar publicamente um cessar-fogo em Gaza. Segundo o portal Common Dreams, a AFL-CIO permanece em silêncio sobre a matança em Gaza e “trabalha para enquadrar os sindicatos membros que estão se manifestando”. Conforme o New York Times, a questão já foi levada no mês passado ao comitê executivo da central, mas foi contida.

Macron exorta Israel a “parar de matar mulheres e bebês”

O presidente francês Emmanuel Macron instou, na sexta-feira (10), Israel a parar de bombardear civis em Gaza e matar mulheres e bebês e pediu um cessar-fogo que, segundo ele, beneficiaria os dois lados.

“De fato, hoje civis são bombardeados. Esses bebês, essas senhoras, esses idosos são bombardeados e mortos. Portanto, não há razão para isso nem legitimidade. Por isso, instamos Israel a parar”, disse Macron em entrevista à BBC.

“Não há outra solução senão primeiro uma pausa humanitária, indo para um cessar-fogo” que permita proteger os civis, ele acrescentou.

A manifestação de Macron revela o quão difícil está se tornando seguir emendando os crimes de guerra cometidos pelo governo Netanyahu em Gaza, o primeiro genocídio no mundo televisiva-

do ao vivo, via celular, para o planeta inteiro.

Não há como explicar os mais de 11 mil civis mortos, a grande maioria crianças e mulheres, e 27 mil feridos; os hospitais, escolas mantidas pela ONU, as mesquitas, sob as bombas fabricadas pelos EUA e usadas indiscriminadamente por Israel; metade das casas e prédios arrasados até o chão, com vítimas sob os escombros.

A punição coletiva aos palestinos com o corte de água, eletricidade, remédios e combustível a Gaza. A ordem a 1 milhão de palestinos para marcharem para o sul, ou morrerem sob bombas, a explicitação da decisão de limpeza étnica, de uma Nakba 2.0.

Como disse uma autoridade da ONU, “se há um inferno na terra, é o norte de Gaza”.



Demorou, Macron

Se ainda existir uma jurisprudence de Nuremberg, Macron não tem como alegar que “não sabia”, nem que tem sido cúmplice direto da limpeza étnica em curso de 2,3 milhões de palestinos, sob tiros de tanque israelenses e mísseis disparados por helicópteros Apache.

Leia mais no site do HP



Cúpula Extraordinária Árabe-Islâmica reunida em Riad, capital da Arábia Saudita

Cúpula Árabe cobra cessar-fogo e apuração dos crimes de Netanyahu em Gaza

Líderes da Turquia, Irã, Síria, Egito, Iraque e outros países reuniram-se na Arábia Saudita na Cúpula Árabe-Islâmica Extraordinária no sábado (11) para discutir a situação na Faixa de Gaza, sitiada e sob bombardeio das forças de ocupação israelenses, com morticínio de civis.

O presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, afirmou à Cúpula que “o ocupante israelense acredita que a sua força o protegerá e nos intimidará, mas reafirmo que somos os donos da terra, de Jerusalém e dos lugares sagrados, e a bandeira palestina permanecerá alta e o ocupante desaparecerá”.

“Quem quer que proteja o ocupante tem total responsabilidade por cada gota de sangue derramado na Palestina, e apelamos à comunidade internacional, especialmente aos Estados Unidos, para que detenham a agressão e trabalhem para acabar com a ocupação israelense”, assinalou, fazendo um chamado ao Conselho de Segurança para que “assuma a sua responsabilidade, detenha a agressão contra Gaza, satisfaça as necessidades básicas do nosso povo e evite a sua deslocação”.

“Apelamos ao Conselho de Segurança para que aprove a adesão plena do Estado da Palestina às Nações Unidas e forneça proteção ao povo palestino”, concluiu Abbas.

“Esta é uma catástrofe humanitária que demonstrou o fracasso da comunidade internacional e do Conselho de Segurança da ONU na hora de pôr fim às graves violações do direito humanitário internacional por parte de Israel”, afirmou o príncipe herdeiro saudita Mohammed bin Salman no discurso de abertura, reiterando o apelo de seu país à “cessação imediata” das operações militares em Gaza.

Bin Salman também apelou a esforços unificados para acabar com o cerco a Gaza e entregar ajuda, acrescentando que a “única solução” para alcançar a estabilidade na região é “acabar com a [política] de ocupação e assentamentos”.

AMEAÇA COM BOMBA NUCLEAR

O Secretário Geral da Liga dos Estados Árabes, Ahmed Aboul Gheit, manifestou: “O ocupante israelense tentar deslocar a população da Faixa de Gaza e continua a cometer crimes de limpeza étnica contra ela. Alguns ministros de Israel chegaram ao ponto de ameaçar atacar os palestinos com bomba nuclear. É necessário um cessar-fogo completo em Gaza, que detenha a máquina de matar de Israel e interrompa a deslocação e a limpeza étnica contra os palestinos.”

Por sua vez, o Comissário Geral da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA), Philippe Lazarini, destacou: “O povo de Gaza sente que o mundo os abandonou e quer que os gritos das crianças sejam ouvidos e que o fogo cesse. As condições no Complexo Médico Al-Shifa são perigosas e apenas um terço das instalações de saúde estão atualmente funcionando em Gaza. A ajuda humanitária deve chegar imediatamente e devem ser disponibilizados fundos suficientes para que a UNRWA desempenhe o seu papel em Gaza”.

75 ANOS DE CRIMES

O presidente sírio, Bashar Al Assad, disse que o ataque do Hamas a Israel impôs uma “nova realidade” que abriu “portas políticas que estavam fechadas há décadas” e que devem ser aproveitadas no Oriente Médio.

“Se não tivermos ferramentas reais de pressão, qualquer passo ou discurso que tomarmos não fará sentido”, destacou o presidente sírio.

“Gaza não é o problema e a causa em si, mas a Palestina. “Gaza é uma expressão flagrante do sofrimento do povo palestino”, expressou o presidente, esclarecendo que Gaza faz parte de um todo e que a atual agressão faz parte de uma história de 75 anos de crimes sionistas.

Al Assad considerou que 32 anos de paz falida teve apenas o resultado de que Israel se tornou mais agressivo e a situação palestina mais injusta, opressiva e miserável.

Por sua vez, o presidente egípcio, Abdel Fattah el-Sisi, também enfatizou que a política de Israel de “punição coletiva” através de assassinatos, cercos e transferências forçadas é inaceitável.

“Isto não pode ser interpretado como autodefesa e deve ser interrompido imediatamente”, disse Sisi, apelando a “um cessar-fogo imediato e sustentável em Gaza”.

Leia a íntegra no site da Hora do Povo

Marcha de repúdio ao massacre de palestinos seguiu em direção à residência particular do presidente dos EUA, Joe Biden, em Delaware. Manifestantes com bandeiras da Palestina gritaram por “cessar-fogo agora” e parem com as bombas

Bradando “cessar fogo agora” e portando bandeiras palestinas, manifestantes marcharam até à residência do presidente Joe Biden em Delaware no sábado (11) e denunciaram a “cumplicidade dos EUA no genocídio” em curso em Gaza, perpetrado por Israel.

É um grito que não para de ecoar nas ruas dos EUA, um clamor que vem especialmente dos jovens: “Biden, Biden, você não tem como se esconder! Nós te acusamos de genocídio!”

Uma versão século 21 do grito da juventude norte-americana contra a carnificina cometida pelos EUA no Vietnã: “Nixon, hey hey, /how many kids/ did you kill today?” [Nixon, hei, hei, quantos garotos você matou hoje?].

No sábado (4), o mesmo grito havia sido ouvido diante da Casa Branca, cujo muro branco ficou com mãos estampadas com tinta vermelha, em referência a que as mãos de Biden estão sujas com o sangue dos civis palestinos, mais de 11 mil mortos, a maior parte crianças e mulheres, e 27 mil feridos.

A apologia, por Biden, do suposto “direito de defesa” de Israel contra a população palestina tem sido cotidianamente mascarada no mundo inteiro, com cartazes como o de um menino, aliás no protesto na Casa Branca da semana passada, em que este indagava: “Matar crianças é autodefesa?”

Na quinta-feira, um discurso de Biden foi interrompido por um ativista que exigiu um cessar-fogo na Faixa de Gaza. No mesmo dia, circulou um vídeo em que Biden respondia a uma pergunta semelhante: “Quais são as perspecti-

vas de um cessar-fogo em Gaza?”, ao que o chefe da Casa Branca respondeu: “Nenhuma”.

Na terça-feira, o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, John Kirby, garantiu durante uma conferência de imprensa este não é o momento para um cessar-fogo.

Também foi Biden que enviou dois porta-aviões nucleares e um submarino de ataque nuclear ao litoral de Israel para escoltarem o genocídio em Gaza cometido pelo ditador Netanyahu e para chantagear os países árabes e muçulmanos para que engulam o Nakba 2.0 em silêncio.

A repulsa provocada pelo patrocínio, por Biden, da matança de civis palestinos por Israel, com armas, dólares e “proteção” no Conselho de Segurança, levaram movimentos jovens que foram decisivos para a eleição de 2020 a advertirem o presidente de que, se não passar a agir pelo cessar-fogo, se arrisca a perder a eleição, porque os jovens não vão votar nele ou vão se abster. O voto jovem foi decisivo nos estados-pêndulo, aqueles que decidem a eleição.

Nos protestos contra o genocídio, há também uma importante participação de movimentos judaicos norte-americanos pela paz, como o ifNotNow e o Jewish Voice for Peace, que ocuparam uma estação de trem em Nova Iorque para exigir o cessar-fogo.

Enquanto o protesto ocorria em Delaware, as tropas israelenses atacavam o maior hospital de Gaza, o Al-Shifa, violando abertamente as convenções de guerra de Genebra, sob as bênçãos de Biden e seu governo.

Premiê Robert Fico cumpre agora promessa de campanha

Novo governo da Eslováquia suspende envio de armas a Kiev

O governo da Eslováquia decidiu, na quarta-feira (8), bloquear uma entrega de armas à Ucrânia acertada pelo governo anterior, de acordo com os compromissos firmados pelo novo primeiro-ministro, Robert Fico.

O governo de coalizão liderado por Fico, do partido Smer, vencedor das eleições de setembro passado, anunciou que a assistência à vizinha Ucrânia seria agora limitada à “ajuda humanitária e civil”.

“O governo não aprova a proposta de entrega de equipamento militar à Ucrânia”, no valor de 40 milhões de euros, afirmou no seu site oficial.

A proposta do 14º pacote de ajuda foi formulada pela antiga liderança do Ministério da Defesa, e incluía a entrega de munições 7,62 mm e de grande calibre para canhões de 125 mm, assim como foguetes para defesa antiaérea, morteiros e minas.

Fico, que estreou na última semana de outubro em uma reunião da União Europeia, cumpriu as promessas feitas durante a sua campanha eleitoral. O político acrescentou que não votará a favor de sanções contra a Rússia.



Graciliano Ramos, a literatura e a língua literária nacional - (1)

Lembro-me de meu avô materno – tecelão que foi analfabeto até depois dos 20 anos – lendo *Memórias do Cárcere* (1953). A língua literária de Graciliano abarcava os homens do povo brasileiro

CARLOS LOPES

A língua literária nacional foi estabelecida pelos nossos romancistas da década de 30, aqueles que superaram a desordem, elitismo e anarquia modernistas. A maioria – José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Rachel de Queirós, Jorge Amado, e, principalmente, Graciliano Ramos – era composta de nordestinos. Mas havia também gaúchos (Érico Veríssimo e Dyonélio Machado), pelo menos um paulista (Amando Fontes, que, apesar da trajetória sergipana, veio à luz em Santos), além de cariocas (Marques Rebelo, José Geraldo Vieira) e mineiros (Lúcio Cardoso, Cyro dos Anjos, João Alphonsus).

É fora de dúvida que tive-mos uma língua literária antes da década de 30 do século passado. O próprio fundador do romance brasileiro, José de Alencar, foi o primeiro, no prefácio de *Sonhos d'Ouro* (1872), a observar (e sustentar) a tendência nossa de seguir a independência, em relação a Portugal, também na língua literária.

Esta tendência é ainda mais pronunciada em Machado de Assis – apesar de todas as afirmações de que ele regrediu, quanto à influência lusitana, em relação a Alencar (dizem alguns que devido à esposa portuguesa, D^a Carolina Augusta).

Porém, existe algo de francês na língua literária de Alencar, assim como existe algo de inglês na língua literária de Machado de Assis. Sem contar o que existe de lusitano na língua literária dos dois.

Não é isso, entretanto, que faz com que eles sejam degraus na construção de uma língua literária nacional, mas sem atingir seu estágio superior.

A questão pode ser colocada em termos simples: nem Alencar, nem Machado, nem Aluísio ou Pompeia, muito menos Euclides, ou mesmo Lima Barreto, nas suas épocas, escreviam em uma língua representativa do conjunto da população.

Não estamos nos referindo à linguagem oral. Como indicou o professor Clóvis Monteiro em uma página da sua *Nova Antologia Brasileira* (1963), a distinção entre língua oral e língua literária existe em todos os países do mundo.

Aqui se trata de outra coisa: de uma língua literária que seja representativa do povo, isto é, do conjunto da população.

Alguém poderia arguir que, hoje, o português brasileiro de Alencar e Machado são representativos do povo. É verdade, mas isso foi conquistado após, na década de 30, atingirmos o estabelecimento de uma língua literária nacional, pelos escritores daquela época. Em seu próprio tempo, Alencar e Machado eram escritores restritos a uma faixa pequena, mais ou menos culta, da população.

O que é completamente diferente dos escritores que mencionamos no início deste artigo, inclusive Graciliano Ramos. Nessa época formouse, pela primeira vez, um público leitor que abarcava a população brasileira. Lem-

bro-me, por exemplo, de meu avô materno – tecelão que foi analfabeto até depois dos 20 anos – lendo *Memórias do Cárcere* (1953). A língua literária de Graciliano abarcava os homens do povo brasileiro.

Assim é que, ao prefaciар *Viagem* (1954), livro póstumo de Graciliano, escreveu Jorge Amado:

“Um dos fenômenos mais curiosos do avanço cultural do Brasil, revelador de nosso rápido amadurecimento, é o fato de Graciliano Ramos, escritor considerado difícil por volta de 1940, situar-se hoje entre os romancistas de maior popularidade do país. Suas edições sucedem-se, alguns dos seus livros colocam-se entre os best-sellers permanentes nas livrarias do norte ao sul, das grandes e das pequenas cidades. Não há dúvida: apesar das marchas e contramarchas, dos recuos e das tentativas do entreguismo de fazer o Brasil retornar a uma economia agro-pastoril de nação exportadora de matérias-primas e importadora de luxo e miséria, apesar do golpe de estado reacionário de 1954, apesar de tudo isso o Brasil cresce, faz-se poderoso, econômica e culturalmente.”

E, logo em seguida: “Graciliano Ramos, romancista de Alagoas, duro sertanejo de indômita vontade, têmpera de aço, foi um dos escritores que mais concorreram para esse avanço brasileiro. Foi um dos construtores de sua época, criador de uma grande literatura e da consciência nacional.”

Entretanto, isso foi alcançado sem concessões:

“Graciliano foi, entre os escritores do ‘movimento de 30’, o que mais se aproximou da perfeição. Ante a justeza, a correção brasileira da língua portuguesa por ele escrita, nós, os outros ficcionistas do Nordeste, somos uns bárbaros. Esse sertanejo de Palmeira dos Índios nasceu clássico, um clássico brasileiro.”

O motivo desse feito extraordinário, diz Amado, está na identificação com o povo, através da literatura:

“Pessimista em relação aos políticos e à vida literária, foi extraordinária sua confiança no povo, sua fidelidade à literatura.”

Daí, o tocante momento de sua despedida:

“Recordo o velório de seu corpo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro: escritores choravam pelos cantos, choravam homens rudes, operários, gente humilde do povo. Ele não era um líder nem mesmo um escritor de fácil popularidade. Mas sua grandeza era compreendida por todos, todos sentiam que havíamos perdido um dos nossos maiores artistas, um homem excepcional.”

Esse texto de Jorge Amado é também um dos melhores na análise da relação de Graciliano – e do “movimento de 30” – com o modernismo, questão que examinamos em alguns artigos anteriores (v. HP 07/10/2023, **Jorge Amado: o povo como protagonista do romance brasileiro** e HP 31/05/2022, **A Semana de 1922, a literatura nacional e a revolução brasileira**).

Sucintamente: “O Modernismo proces-



Graciliano Ramos em seu 50º aniversário (Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1942), homenageado pelos maiores da literatura brasileira. Entre outros, sentados na primeira fila, Drummond (segundo, da esquerda para a direita) e Bandeira (segundo, da direita para a esquerda); em pé na segunda fila em pé, José Lins do Rego; na primeira fila em pé, Jorge Amado

sara-se na cúpula de salões literários, em São Paulo e no Rio, e de revistas de pequena circulação. (...) O ‘movimento de 30’ processou-se, por assim dizer, no meio da rua, entre o povo. Essa a sua diferença essencial para o Modernismo.” (cf. Jorge Amado, *Mestre Graça*, in Graciliano Ramos, **Viagem: Tcheco-Eslaváquia – URSS**, 16ª edição, Record, 1986, pp. 7-10).

Essa é, também, por consequência, a diferença básica entre Graciliano Ramos, seus colegas de movimento, e os expoentes do modernismo, Oswald e Mário de Andrade. O que explica a popularidade de uns e a pouca difusão da obra dos últimos entre o povo.

O surgimento de Graciliano para a literatura é, em geral, contado como se fosse um resumo: Augusto Frederico Schmidt, poeta e editor, lera dois relatórios do prefeito de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, e, impressionado com esses relatórios, mandara alguém perguntar se o seu autor – Graciliano Ramos – não tinha um romance para ser publicado. Foi assim que *Caetés* (1933) lhe chegara às mãos (os relatórios do prefeito de Palmeira dos Índios foram, depois, em 1962, publicados na coletânea **Viventes das Alagoas**).

Augusto Frederico Schmidt era, nessa época, dono da Livraria Schmidt Editora, que publicou os primeiros livros de alguns autores importantes (Gilberto Freyre, Rachel de Queirós, Jorge Amado, Vinícius de Moraes), mas também os integralistas e a reação católica.

Para quem se lembra de Schmidt no início da década de 60, proprietário do supermercado *Disco* e defensor do capital norte-americano no Brasil – depois de seu flerte com o fascismo em décadas passadas –, essa história parece quase incrível.

Somente muito depois Jorge Amado – que satirizara Augusto Frederico Schmidt como o César Guilherme Shopel de **Subterrâneos da Liberdade** (1954) – contou que o editor, na verdade, engavetara *Caetés*, e somente a duras penas o publicou.

Deste atraso na publicação de sua primeira obra, redundou que o livro seguinte de

Graciliano – **S. Bernardo** (1934) – aparecesse pouco depois de *Caetés*, e, no entanto, parecesse tão diferente. Este último estava pronto desde 1926, enquanto o segundo somente foi terminado em 1932.

Hoje, depois das análises de Álvaro Lins e Antonio Candido, *Caetés* foi relegado a romance medíocre, escrito sob a influência sufocante de Eça de Queirós e Camilo Castelo Branco, portanto, um ponto fora da curva para um autor que seria um dos fundadores da língua literária brasileira.

Apesar disso, o romance é, na média, superior ao que se publicava no Brasil da época. É verdade que sua aderência às pequenas intrigas de cidade do interior – em especial ao caso adúltero de João Valério e Luísa – torna-se maçante para a maioria dos leitores, devido à mediocridade dos personagens.

Mas existe um elemento que permaneceria constante nos romances (ou novelas) posteriores de Graciliano: a propriedade domina o ser humano. Assim, depois do desaparecimento de Adrião, o marido de Luísa, seu amante rompe o relacionamento, mas não abandona a sociedade da loja comercial.

A propriedade, portanto, é mais importante que o suposto amor de João Valério por Luísa.

É interessante que Graciliano não tinha em alta conta o grande romance brasileiro sobre um amor adúltero, **Memórias Póstumas de Brás Cubas** (1880), de Machado de Assis. Como relatou, em 1949, Otto Maria Carpeaux, o escritor alagoano lhe disse:

“Machado de Assis é grande escritor (...), apenas não é romancista. Do ponto de vista da técnica novelística, todos os seus romances são deficientes. São misturas de crônicas, ensaios, aforismos, meditações, contos, sobretudo de contos. O **Brás Cubas** não é outra coisa senão uma narração incoerente, com uns contos interpolados. Magníficos contos, aliás, pois Machado é grande nesse gênero, maior entre os brasileiros. Como contista, o autor do ‘Trio em lá menor’ e da ‘Causa secreta’ seria grande

em qualquer língua, você não acha?” (cf. Otto Maria Carpeaux em A Manhã, 1949, rep. em Graciliano Ramos, **Conversas**, org. Thiago Mio Salla e Ieda Lebensztayn, Record, 2014).

No ano seguinte a *Caetés*, sairia **S. Bernardo**.

Neste romance (alguns, como Álvaro Lins, o classificaram como “novela”) a propriedade é a essência da vida – se é que se pode chamar de vida – do personagem principal e narrador, Paulo Honório. Sua própria queda, como homem, acontece quando não pode se aposar – ou seja, tornar propriedade – o único ser que ama (ou que o ama): a mulher, Madalena. Esta prefere a morte, por suicídio, do que ser uma propriedade.

O livro é espantoso, pois supera inteiramente a literatura da época – e a língua é inteiramente brasileira. Aliás, como escreveu o próprio Graciliano, em carta à esposa, datada de Palmeira dos Índios, 15 de setembro de 1932:

“Vai sair uma obra-prima em língua de sertanejo, cheia de termos descabelados. O pior é que de cada vez que leio aquilo corto um pedaço. Suponho que acabarei cortando tudo” (v. Graciliano Ramos, **Cartas**, 6ª edição, Record, 1986, p. 125).

Em outra carta, também para Heloísa, de quatro de outubro, Graciliano sublinha mais uma vez a questão da língua literária nacional em **S. Bernardo**:

“... Encontrei muitas coisas boas da língua do Nordeste, que nunca foram publicadas, e meti tudo no livro. Julgo que produzirão bom efeito. O pior é que há umas frases cabeludíssimas que não podem ser lidas por meninas educadas em convento. Cada palavra do tamanho dum bonde. Desconfio que o padre Macedo vai falar mal de mim, na igreja, se o livro for publicado. É um caso sério. Faz receio. O que me tranquiliza é ele nunca ter lido nada. Quando você saiu daqui havia no romance algumas passagens meio acanalhadas. Agora que não há aqui em casa nenhuma senhora para levar-me ao bom caminho, imagine o que não tenho arrumado na prosa de

seu Paulo Honório” (v. idem, p. 128).

Em 1º de novembro de 1932, também de Palmeira dos Índios, Graciliano escreve à mulher que terminou, finalmente, o livro:

“O **S. Bernardo** está pronto, mas foi escrito quase todo em português, como você viu. Agora está sendo traduzido para brasileiro, um brasileiro encrencado, muito diferente desse que aparece nos livros da gente da cidade, um brasileiro de matuto, com uma quantidade enorme de expressões inéditas, belezas que eu mesmo nem suspeitava que existissem. Além do que eu conhecia, andei a procurar muitas locuções que vou passando para o papel. O velho Sebastião, Otávio, Chico e José Leite me servem de dicionários. O resultado é que a coisa tem períodos absolutamente incompreensíveis para a gente letrada do asfalto e dos cafés. Sendo publicada, servirá muito para a formação, ou antes para a fixação, da língua nacional. Quem sabe se daqui a trezentos anos eu não serei um clássico? Os idiotas que estudarem gramática lerão **S. Bernardo**, cochilando, e procurarão nos monólogos de seu Paulo Honório exemplos de boa linguagem” (v. idem, pp. 134-135).

A preocupação de Graciliano com a língua nacional (sua fixação ou formação) transparece em **S. Bernardo**. Ele não precisou de trezentos anos para ser reconhecido como um clássico. Assim aconteceu logo que seu segundo livro foi publicado.

Alguns críticos importantes, tendo à frente Lúcia Miguel Pereira, levantaram que o principal defeito de **S. Bernardo** é a refinada narração, realizada por um personagem rústico, bruto, ignorante. Não seria verossímil que esse protagonista fosse dotado de vida subjetiva tão complexa e da capacidade de relatar a sua história com tanta arte.

Porém, **S. Bernardo** é um livro de ficção. E até mesmo em diários de pessoas simples podemos encontrar razoável sofisticação. Um exemplo evidente é **Quarto de despejo: Diário de uma favelada** (1960), de Carolina Maria de Jesus.

Continua na próxima edição